



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 27.787/2016-e

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF

Assunto: Representação

Órgão de Origem: 2ª DIACOMP

Ementa:

- Representação nº 18/2016-CF do MPjTCDF com pedido de medida cautelar, versando sobre irregularidades no Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF e o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE (peça 3);
- Decisão nº 4.765/2016 (peça 12): O Tribunal (1) conheceu da Representação; (2) deferiu a medida, determinando ao Conselho de Saúde do Distrito (CSDF) que impedisse o Senhor RENILSON REHEM DE SOUZA de exercer as funções de Conselheiro, até que se encerrassem as apurações devidas; (3) Determinou oitiva da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e do Conselho de Saúde do DF; e (4) deu conhecimento da referida Representação ao Senhor Renilson Rehem de Souza e à Senhora Déa Mara Tarbes de Carvalho, para a apresentação dos esclarecimentos que entendessem pertinentes;
- Recursos inominados da SES/DF e do Senhor Renilson em relação à cautelar concedida (peças 32 e 93), cujos argumentos foram considerados improcedentes pela Corte, consoante Decisões nºs 5.973/2016 (peça 50) e 1.331/2018 (peça 160);
- Adendo à Representação (peça 37): O *Parquet* juntou aos autos o novo Relatório Informativo da CPI da Saúde (peça 39), contendo Análise Específica sobre ICIPE – Instituto do Câncer Infantil e Pediatria, HCB – Hospital da Criança de Brasília e OSS – Organização Social de Saúde, cujo teor apontou diversas irregularidades;
- Fase atual: Exame de mérito da representação e do seu adendo;
- Corpo Técnico (peça 175): Pela improcedência da representação e seu adendo, bem assim pelo arquivamento dos autos;
- MPjTCDF (peça 179): Parecer divergente. Pela (i) anulação da indicação do Sr. Renilson Rehem de Souza, diante do evidente conflito de interesses; (ii) abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra a servidora aposentada Déa Mara Tarbes de Carvalho; e (iii) orientação aos jurisdicionados para que seja verificado eventual conflito de interesses no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

momento da indicação de membros do Conselho de Saúde do DF ou de Grupo de Trabalho;

- Decisão nº 5.199/2017: Pedido de vista efetuado pelo MPjTCDF;

- Nova manifestação ministerial (peça 186): Preliminar de sobrestamento do exame deste feito até o deslinde da Representação 34/2018-CF e de perda de objeto da tutela em debate em face do término do mandato e não recondução do Sr. Renilson Rehem de Souza. Reiteração das conclusões do Parecer precedente;

- **VOTO** convergente para o que propõe o Corpo Técnico, considerando a proposta de orientação às jurisdicionadas efetuada pelo *Parquet*. Revogação da medida cautelar concedida por meio do item II da Decisão n.º 4.765/2016. Recomendação à SES/DF e ao CSDF para elaborarem normas específicas com vistas a prevenir eventual conflito de interesses de agentes públicos no exercício de suas atribuições. Arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 18/2016-CF do MPjTCDF, com pedido de medida cautelar, versando sobre irregularidades no Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF e o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, noticiadas pelo relatório parcial da CPI da Saúde (peça 3).

Mediante a Decisão nº 4.765/2016 (peça 12) o Tribunal proferiu a seguinte deliberação:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. conhecer da Representação nº 018/2016-CF e do Ofício nº 58/2016-CPI da Saúde, nos termos do art. 195 do RI/TCDF; II. deferir a medida cautelar requerida pelo MPjTCDF, determinando ao Conselho de Saúde do Distrito (CSDF) que impeça o Senhor RENILSON REHEM DE SOUZA de exercer as funções de Conselheiro, até que se encerrem as apurações devidas; III. conceder, com fulcro no art. 195, § 6º, do RI/TCDF, prazo de 15 (quinze) dias à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e ao Conselho de Saúde do DF para que apresentem esclarecimentos a respeito dos fatos narrados na Representação; IV. dar conhecimento da referida Representação ao Senhor Renilson Rehem de Souza e à Senhora Déa Mara Tarbes de Carvalho, para a apresentação dos esclarecimentos que entenderem pertinentes, no mesmo prazo acima; V. autorizar: a) a juntada da Representação nº 018/2016-CF e seu anexo aos seguintes Processos nºs: 41.101/2007, 24.165/2011, 36.502/2013, 12.269/2012, 23.354/2013, 5.934/2014 e 33.863/2015; b) o encaminhamento de cópia da representação e seu anexo, do relatório/voto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

do Relator e desta decisão para a SES/DF, o CSDF e os interessados retro mencionados para subsidiar o cumprimento dos itens III e IV; c) o retorno dos autos a Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. (Grifei)

Em atenção ao *decisum*, foram juntados autos as manifestações (i) da SES/DF (peça 75); (ii) do CSDF (peça 56); (iii) do Senhor Renilson Rehem de Souza (peça 31); e (iv) da Sra. Déa Mara Tarbes de Carvalho (peça 30).

Outrossim, irressignada com a determinação de afastamento do Senhor Renilson Rehem de Souza, a SES/DF, por intermédio da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), interpôs recurso inominado (peça 32), o qual foi considerado improcedente pelo Tribunal nos termos da Decisão nº 5.973/2016 (peça 50).

Posteriormente, o próprio interessado interpôs perdido de reconsideração contra os termos da aludida decisão, cujos argumentos também foram julgados improcedentes pela Corte, consoante Decisão nº 1331/2018 (peça 160).

Ademais, cabe salientar que, mediante o Ofício nº 515/2016-MPC/PG, o *Parquet* encaminhou novo Relatório Informativo da CPI da Saúde (peça 39), contendo a Análise Específica sobre ICIPE – Instituto do Câncer Infantil e Pediatria, HCB – Hospital da Criança de Brasília e OSS – Organização Social de Saúde, cujo teor apontou as seguintes irregularidades (peça 37):

- a) são apresentados vínculos de grande parte de suas diretorias, gestores ou sócios-administradores com empresas prestadoras de serviços, fornecedores de insumos e equipamentos ao Sistema de Saúde Pública, que ultrapassam os relacionamentos de filantropia, chegando a interesses empresariais com indícios de irregularidades, os quais se confrontam com o artigo 37 da Constituição Federal, onde, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;*
- b) o ICIPE contratou o escritório de advocacia Arruda e Simões Advogados Associados, CNPJ 13.099.651/0001-22, por um período de um ano pela quantia de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais). Este escritório possui em seu quadro de sócios três pessoas, sendo que uma delas é o filho do presidente do ICIPE, qual seja: Alexandre Freire de Alarcão, Advogado, inscrito na OAB/DF 36.489, que além de atuar como Diretor Jurídico da ABRACE é advogado do grupo POLITEC. O segundo sócio, GUILHERME ARRUDA DE OLIVEIRA, cunhado de Alexandre Alarcão, também atua como advogado do grupo POLITEC, frisando-se que esta pessoa jurídica possui em seu quadro de sócios o Sr. NEWTON CARLOS ALARCÃO e recentemente foi alvo da operação "Custo Brasil" da Polícia Federal;*
- c) apresentação de quadro das contratações do ICIPE por meio do qual são apontados indícios de irregularidades;*
- d) indica que diversas das empresas contratadas possuem contra elas ações decorrentes de ilegalidades e irregularidades (fls. 6-7 do relatório);*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- e) *aponta que existem denúncias de irregularidades contra as Organizações Sociais qualificadas no DF, GAMP, ISAC e IBTI (fl. 8 do relatório);*
- f) *indica que a entidade Novos Caminhos, que possui peddo de qualificação como OS no DF, foi objeto da operação “Maus Caminhos” da Polícia Federal, sendo que o sócio MOHAMAD MUSTAFA foi preso pelo desvio de aproximadamente R\$ 112.000.000,00 do Fundo Estadual de Saúde do Amazonas;*
- g) *destaca que as empresas do Sr. MOHAMAD MUSTAFÁ: Salvere Serviços e Participações Ltda., Total Saúde Serviços Médicos e Sociedade Integrada Médica do Amazonas— SIMEA, foram doadores de campanha do Governador Rodrigo Rollemberg;*
- h) *ao final a Comissão conclui que as “Organizações Sociais longe estão de representar uma panaceia seja qual for a prestação do serviço público não exclusivo do Estado. A implementação de OSs no campo da saúde longe está de propiciar um melhor serviço ao destinatário do serviço público, constituindo-se em falácia afirmar que o princípio da eficiência restaria cumprido. (...) De mais a mais, aspectos importantes nesse novo modelo de administração “gerencial” não são levados em conta, tais como: dificuldades na análise dos critérios quantitativos e qualitativos de urna OS, burla ao concurso público, contratação com dispensa de licitação, além do custo altíssimo de cada paciente. O critério da universalidade do SUS também é preterido.*

Desta feita, nesta fase processual, examina-se o mérito da representação (peça 3), bem como o adendo de peça 37 ofertados pelo Ministério Público de Contas.

A Instrução se deu por meio da Informação n.º 89/2018 – DIACOMP2 (peça 175), pugnando pela improcedência da inicial e pelo arquivamento dos autos, consoante excerto abaixo transcrito:

“(…)

14. *Desta feita, esgotados os recursos atinentes à cautelar proferida por meio da Decisão n.º 4765/2016, procede-se ao exame de mérito da Representação n.º 18/2016-CF, com os acréscimos do Ofício n.º 515/2016MPC/PG, cujos indícios de irregularidades foram assim divididos:*

a. *Representação inicial (peças 3 e 4):*

I. *impedimento do Sr. Renilson Rehem de Souza de exercer as funções de Conselheiro no CSDF;*

II. *verificação da existência de possível manifestação do Instituto de Cardiologia do DF – ICDF –, em reuniões do CSDF, específica e diretamente a respeito de interesse predominantemente próprio;*

III. *anulação da Portaria n.º 204/15, ou fornecimento de expressa motivação para atribuição de função pública a pessoas estranhas ao quadro de servidores do GDF;*

IV. *destaque do processo de aposentadoria da servidora Déa Mara Tarbes de Carvalho (n.º 060.005.578/2013), para que sejam analisadas as denúncias constantes da Exordial, em face do que dispõem os artigos 195, IV, c/c 203, parágrafo único da LC nº 840/11;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

b. adendo do Ofício n.º 515/2016-MPC/PG (peças 38 e 39), por meio do qual foram indicadas as seguintes irregularidades nas atividades realizadas pelo ICIPE:

I. vínculos de grande parte dos integrantes do ICIPE com empresas prestadoras de serviços, fornecedores de insumos e equipamentos ao Sistema de Saúde Pública;

II. contratação do escritório de advocacia Arruda e Simões Advogados Associados, cujos sócios possuem relações de parentesco com pessoas vinculadas à direção do ICIPE;

III. quadro contendo diversos contratos com indícios de irregularidades;

IV. diversas das empresas contratadas possuem contra elas ações decorrentes de ilegalidades e irregularidades;

V. existência de denúncias de irregularidades contra diversas Organizações Sociais;

15. Ao final a Representação conclui que:

“[...] as Organizações Sociais longe estão de representar uma panaceia seja qual for a prestação do serviço público não exclusivo do Estado. A implementação de OSs no campo da saúde longe está de propiciar um melhor serviço ao destinatário do serviço público, constituindo-se em falácia afirmar que o princípio da eficiência restaria cumprido. (...) De mais a mais, aspectos importantes nesse novo modelo de administração ‘gerencial’ não são levados em conta, tais como: dificuldades na análise dos critérios quantitativos e qualitativos de uma OS, burla ao concurso público, contratação com dispensa de licitação, além do custo altíssimo de cada paciente. O critério da universalidade do SUS também é preterido”.

I. DO IMPEDIMENTO DO SENHOR RENILSON REHEM DE SOUZA DE EXERCER SUAS FUNÇÕES NO CSDF

I.1. Teor da Representação

16. No que concerne à atuação do Sr. Renilson Rehem de Souza, o MPJTCD/DF destacou os seguintes trechos do relatório parcial da CPI (peça 3, pp. 3 a 5):

“- ‘além da atuação direta de RENILSON REHEM DE SOUZA junto à IBROSS, HCB e ICIPE, ocupando cargos estratégicos nos dois primeiros, deixam antever algo muito estranho envolvendo as pessoas que dirigem essas unidades econômicas (...) RENILSON REHEM DE SOUZA foi nomeado (...) para atuar na realização de estudos e projetos, com vistas à descentralização da gestão de saúde (...). Também consta como membro suplente do Conselho de Saúde do DF, que dentre outras atribuições opina sobre a possibilidade de organizações sociais gerirem a saúde do DF por meio de contratos de gestão’;

(...)

- ‘RENILSON ocupava a cadeira de Secretário de Assistência à Saúde, sendo que, em articulação com o lobista ALEXANDRE PAES DOS SANTOS, a Secretária Adjunta da ANVISA, DÉBORA CRISTINA ALVES, além do empresário NELSON SEQUEIROS RODRIGUES TANURE, tentaram extorquir a empresa NOVARTIS, gigante na comercialização de medicamentos no combate ao câncer, qual, caso concluído o contrato, iria fornecer o medicamento GLIMEC à União’ (...) Não passa despercebido que os vínculos políticos acima citados, permitiram a NELSON TANURE uma



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

maior proximidade com a política federal, tornando-se hoje dono da CBM – Companhia Brasileira de Mídia, com contas bancárias em paraísos fiscais (...). Alexandre Paes dos Santos FOI PRESO EM DATA RECENTE NA OPERAÇÃO DA Polícia Federal, denominada ZELOTES. Quanto à Sra. DÉBORA CRISTINA, continuou atuando na ANVISA e, de forma suspeita, tornou-se sócia de duas empresas com sede em São Paulo de nome BIOFÓRMULA, tendo como atividade principal a venda e manipulação de medicamentos e IDM, produção de diagnósticos’;

- ‘RENILSON REHEN e ALEXANDRE PAES DOS SANTOS atuavam nos bastidores do executivo e legislativo (...) no Senado Federal (...), tanto que a esposa de ALEXANDRE, SRA. MAURA LÚCIA MONTELLA DE CARVALHO, ocupava o cargo de confiança naquela casa legislativa com vínculo político junto ao PDT e proximidade com o Senador Cristóvam Buarque’;

(...)

- ‘RENILSON (...) Atualmente ocupa o cargo de Superintendente Executivo do HCB, além de ser Presidente da IBROSS e dono de outras empresas com ‘animus lucrandi’ (...) A qualidade de mentor intelectual é reforçada pelo fato de que a sua empresa IBROSS e a Organização Social ICIPE funcionam no mesmo local (...). Dessa forma, RENILSON REHEN utiliza em conjunto a referida sala com o seu amigo e parceiro NEWTON CARLOS DE ALARCÃO. A utilização conjunta da sala não seria estranha, não fosse o fato de que RENILSON REHEN DE SOUZA, de um lado defende o interesse de dezenove OSs, sendo que de outro lado, NEWTON CARLOS DE ALARCÃO, Presidente da ICIPE, recebe uma enormidade de recursos públicos, advindos da União e do GDF, sem contar nos repasses financeiros advindos da associação ABRACE (...). Não seria estranho afirmarmos que ABRACE, ICIPE E HCB, embora pessoas totalmente distintas, fossem tratadas como uma única pessoa, dada a evidente confusão patrimonial entre elas, além de possíveis relações comerciais escusas com empresas pertencentes às pessoas vinculadas a tais pessoas jurídicas. (...) RENILSON (...), além de compor o grupo de trabalho nomeado pela Portaria 204 (...) é membro suplente que atua no Conselho de Saúde do DF. Vale notar que a mencionada portaria, também nomeou para compor o grupo de trabalho as seguintes pessoas: EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ, SADY CARNOT FALCÃO FILHO E LUIZ ARNALDO PEREIRA DA CUNHA JÚNIOR, pessoas estas que não são servidoras e não poderia integrar referido grupo. No referido documento, fica bem claro a parcialidade do GDF no sentido de influenciar o Conselho de Saúde do DF, na implementação das OSs no âmbito da saúde, apesar da resistência do Conselho de Saúde do DF no ingresso das famigeradas organizações sociais na área da saúde. [EDUARDO BERMUDEZ trata-se do atual Secretário de Saúde do Estado do Mato Grosso, indicação do PDT, enquanto SADY CARNOT foi recentemente denunciado (...) como sendo um dos operadores do esquema criminoso’ ”.

17. Compulsando-se o mencionado Relatório Parcial da CPI, identificamos mais este trecho afeto ao Sr. Renilson Rehem de Souza (peça 4, pp. 8 e 9):

“- RENILSON REHEN DE SOUZA, consta também como sócio em cinco empresas:

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, CNPJ 47.093.703/0001-75.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

IBROSS – Instituto Brasileiro das OSS – CNPJ 23.639.532/0001-79.

NOVA DIRECAO-CONSULTORIA PROJ. E ADM. SAUDE LTDA, CNPJ 02.304.169/0001-60.

NOVA SAUDE CONSULT. EM GESTAO DE SERV E SIST LTDA, CNPJ 05.546.968/0001-31.

VIDAS – GESTAO ADMINISTRATIVA EM SAUDE LTDA, CNPJ 08.179.231/0001-16” (os destaques são do original).

I.2. Manifestações acerca do tema

18. O Sr. Renilson Rehem de Souza, por intermédio de seus advogados, apresentou os esclarecimentos afetos ao tema (peça 31).

19. Inicialmente, ponderou-se que, ao contrário do alegado na Representação, não há irregularidades na relação entre o HCB, o ICIPE e a Abrace. Segundo o manifestante, o HCB é hospital integrante da rede pública do DF, tendo sido construído e doado pela Abrace. O ICIPE, por sua vez, é uma OS criada especificamente para gerir o mencionado Hospital, conforme previsão constante do Convênio firmado entre a SES/DF e a Abrace. Outrossim, foi alegado que o Contrato de Gestão firmado com o ICIPE e o Convênio firmado com a Abrace foram submetidos a diversas apreciações neste Tribunal, bem como no Tribunal de Contas da União e no Poder Judiciário.

20. Noutro passo, destacou-se que a peça 4 deste Processo não é de autoria da CPI da Saúde, haja vista que não fora produzida pelos membros (parlamentares) daquela Comissão. Ressaltou-se que a mencionada peça não poderia ser utilizada como “elemento de prova para investigação de demais órgãos investigativos [...] em razão de ser um relatório parcial – e, portanto, suas conclusões serem prematuras”.

21. Nesse sentido, destacou-se que o Regimento Interno da CLDF condiciona o encaminhamento do relatório circunstanciado da CPI, com suas respectivas conclusões, ao término dos trabalhos, o que ainda não teria ocorrido, à época¹. Considerou-se que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados possui dispositivo semelhante e citou-se explanação do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, nos autos do Mandado de Segurança n.º 25.707, no sentido de confirmar que apenas o relatório conclusivo dos trabalhos da CPI deveria ser enviado ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União.

22. Acerca da participação do Sr. Renilson Rehem de Souza no quadro societário de 5 empresas, afirmou-se que três dessas pessoas jurídicas eram sociedades limitadas, mas suas atividades já haviam sido encerradas (a última delas, empresa Vidas - Gestão Administrativa em Saúde Ltda., teve seu CNPJ baixado em 20.09.16). Não obstante, considerou-se que ser sócio de empresa não é crime e que não há limitação da quantidade de empresas que um cidadão possa se associar.

23. Em relação às outras duas pessoas jurídicas indicadas na Representação, alegou-se que a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A – EMPLASA – é uma empresa pública e que o Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde – IBROSS – é uma associação sem fins lucrativos, que não exerceria práticas comerciais.

24. No tocante ao IBROSS, destacou-se, adicionalmente, que, apesar de ser composta por diversas Organizações Sociais, a Associação não representa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

¹ RICLDF: "Art. 74. Ao término dos trabalhos, a comissão apresentará relatório circunstanciado com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara Legislativa e encaminhado:

i - à Mesa Diretora, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, proposição que será incluída na Ordem do Dia no prazo de oito dias;

II - ao Ministério Público, com cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para a adoção de providências saneadoras, de caráter disciplinar e administrativo, decorrentes do disposto no art. 37, §§ 2º a 7º, da Constituição Federal, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - à comissão permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V - ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para as providências previstas no art. 78 da Lei Orgânica;

VI - à Polícia Civil do Distrito Federal para a instauração do inquérito policial.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III, V e VI, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara Legislativa, no prazo de cinco dias."

qualquer OS. Ponderou-se que o IBROSS não fora criado para influenciar governos a adotarem o modelo de OS, mas que seus objetivos seriam:

"promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito à prestação de serviços de saúde por Organizações Sociais; difundir as boas práticas de gestão identificadas nas parcerias de OS's com o Poder Público; e certificar e premiar OS's que adotem as melhores práticas de gestão, excelência em serviços de saúde, idôneas e de reputação ilibada, contribuindo assim para a sustentabilidade do modelo".

Alegou-se, também, que a participação do Sr. Renilson Rehem de Souza no CSDF encontra amparo na Lei Distrital n.º 4.604, de 15 de julho de 2011.

Destacou-se que o manifestante havia sido nomeado para o cargo de suplente de Conselheiro, cujo titular – representante do Instituto de Cardiologia do DF – ocupava a vaga destinada a representantes de hospitais privados.

25. Considerou-se, ainda, que o Conselho tem como funções "o debate, o estudo e a troca de conhecimentos dos mais diversos seguimentos a fim de definir políticas em gestão da saúde". Em função disso, argumentou-se que é razoável a participação de diversos segmentos da sociedade no CSDF e ressaltouse que a alegação de que a presença do Sr. Renilson Rehem de Souza influenciara no posicionamento dos demais membros do Conselho colocaria em dúvida a idoneidade destes.

26. Por fim, no que concerne à suposta associação com Alexandre Paes dos Santos, alegou-se que o Sr. Renilson Rehem de Souza, ao tomar conhecimento de supostas irregularidades, ofertou denúncia ao MPF, em 27.09.2001. Ressaltou-se que, atualmente, o processo tramita na 10ª Vara Federal do DF sob o número 4533-36.2011.4.01.3400.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

I.3. Análise

28. A Exordial foi fundamentada no Relatório Informativo de Análise Específica acerca da atuação do ICIPE junto ao HCB, elaborado em 23.08.16, para subsidiar os trabalhos da CPI da Saúde (peça 4). Posteriormente, por meio do Ofício n.º 515/2016-MPG/PG (peça 38), foi encaminhado novo Relatório Informativo, este último elaborado em 10.10.16 (peça 39).

29. A CPI da Saúde teve sua primeira reunião realizada em 16.05.16 (Papel de Trabalho – PT – n.º 01). Em 11.05.17, foi realizada a 32ª Reunião Ordinária da CPI (PT n.º 02), de cuja ata se extrai que o Relatório Final foi aprovado com quatro votos favoráveis e três votos contrários. Os parlamentares que votaram contra o citado Relatório Final apresentaram o Voto em Separado constante da peça 140.

30. Compulsando-se o Relatório Final (peça 139), no que concerne à atuação do Sr. Renilson Rehem de Souza, identificamos o trecho abaixo reproduzido:

“A Organização Social Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (ICIPE), que administra o Hospital da Criança (HCB), foi alvo de investigações por parte da CPI da Saúde, onde, por determinação do Ministério Público, foi afastado por tempo indeterminado, o seu executivo principal, o Dr. RENILSON REHEN. Passado algum tempo desde que se iniciaram as investigações não foram encontradas, de forma concreta, nenhuma irregularidade que pudesse justificar o seu afastamento da direção do ICIPE e muito menos o descredenciamento do mesmo frente ao Hospital da Criança. Os problemas encontrados fazem parte do dia a dia de qualquer instituição e que podem muito bem serem sanados com o tempo. Por esse motivo somos a favor da volta do Dr. Renilson Rehen à sua posição inicial, até mesmo uma questão de justiça!” (Destacou-se).

31. Esclarece-se, contudo, que, diversamente do que consta do Relatório Final da CPI, o Sr. Renilson Rehem de Souza foi impedido cautelarmente de exercer as funções de Conselheiro do CSDF (e não do ICIPE) – e isso se deu por força da Decisão TCDF n.º 4765/2016 (e não por determinação do Ministério Público). Com efeito, o Sr. Renilson Rehem de Souza ainda exerce as funções de Superintendente Executivo do HCB e jamais esteve registrado, no banco de dados da Receita Federal do Brasil – RFB –, como integrante do quadro diretivo do ICIPE (PT n.º 03).

32. Porém, destaca-se que o posicionamento que prevaleceu na CPI indicou a ausência de irregularidades que justificassem o afastamento do Sr. Renilson Rehem de Souza de suas funções. Não obstante, o Voto em Separado, apresentado pelos parlamentares que discordaram do Relatório Final, não faz menção ao citado Gestor.

33. Assim, considerando-se apenas a conclusão oficial da CPI, isto é, o Relatório Final, constante da peça 139, entende-se que não mais subsistem os motivos que levaram à determinação do afastamento do Sr. Renilson Rehem de Souza das funções de Conselheiro do CSDF. Isso porque a mencionada determinação foi exarada “até que se encerrem as apurações devidas”, o que, s.m.j., ocorreu com o advento do Relatório Final da CPI.

34. A despeito disso, analisaremos, a seguir, os indícios de irregularidades apontados nos Relatórios Informativos apresentados durante o transcurso da CPI, constantes das peças 4 e 39 destes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

I.3.1 Associação com Alexandre Paes dos Santos

35. Segundo a Representação, o Sr. Renilson Rehem de Souza teria se articulado com o Sr. Alexandre Paes dos Santos, a Sra. Débora Cristina Alves e o Sr. Nelson Sequeiros Rodrigues Tanure com a intenção de extorquir a empresa Novartis, potencial fornecedora de medicamentos para a União. Alegou-se, ainda, que Renilson Rehem de Souza e Alexandre dos Santos atuavam nos bastidores dos Poderes Executivo e Legislativo.

36. Sobre este ponto, ressalte-se que a Representação não apresentou nenhuma evidência da suposta associação e, muito menos, da tentativa de extorsão. Sequer foram indicadas as datas em que tais fatos teriam acontecido (tendo sido indicado, apenas, que os fatos teriam ocorrido em 2001, oportunidade em que o Ministério da Saúde era dirigido por José Serra).

37. Por outro lado, segundo os esclarecimentos apresentados pelo Sr. Renilson Rehem de Souza, este teria ofertado denúncia ao MPF, após tomar conhecimento de supostas irregularidades praticadas pelo Sr. Alexandre dos Santos. A mencionada denúncia teria dado origem a requerimento do MPF, de 27.09.2001, no sentido de se autorizar a realização de busca e apreensão nos endereços utilizados e pertencentes a Alexandre dos Santos (pp. 119 a 122 da peça 31).

38. Ademais, o tema estaria abarcado pelo Processo n.º 453336.2011.4.01.3400, da 10ª Vara Federal do DF. Consultando-se o mencionado processo no sítio da Justiça Federal, verificamos que o Sr. Renilson Rehem de Souza não está relacionado como réu¹. Outrossim, embora a consulta pública de andamento de processos, disponibilizada no mencionado sítio, não possibilite a leitura de todas as peças que compõem os autos, identificamos que foi prolatada a Decisão n.º 881/2015, de 18.06.15 (PT n.º 04), da qual destacamos o seguinte trecho:

“O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra ALEXANDRE PAES DOS SANTOS imputando-lhe a prática do crime previsto no art. 333, parágrafo único do CP e DÉBORA ALVES por incursão no artigo 317, §1º do Código Penal.

[...]

Vislumbro que a solução mais adequada é a de reconhecer a prescrição virtual da pretensão punitiva em relação a este processo, cujos fatos ocorreram entre junho e setembro de 2001 e o recebimento da denúncia na data de 10/01/2011 (fl. 384), tendo-se decorrido mais de 10 anos entre os marcos interruptivos da prescrição.

[...]

A continuidade do processo, no caso, prestar-se-ia apenas para sobrecarregar a máquina administrativa com a prática de diversos atos inúteis, com ônus para o Estado e para os próprios investigados, sendo que a instrução criminal ainda não foi concluída” (grifou-se).

39. Assim, embora não se possa afirmar, categoricamente, que os fatos mencionados na Representação correspondam aos fatos descritos na manifestação do Sr. Renilson Rehem de Souza, observa-se a existência de verossimilhança entre uns e outros.

² <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=45333620114013400&secao=DF&pg=1&enviar=Pesquisar>, acesso em 11.06.18.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

40. Dessa forma, em face da ausência de evidências, na Representação, relativas à suposta associação do Sr. Renilson Rehem de Souza com o Sr. Alexandre dos Santos; considerando a manifestação do Sr. Renilson Rehem de Souza, com apresentação de documentos que indicam que este teria atuado como denunciante nos fatos narrados; e, por fim, tendo em vista que o Processo n.º 4533-36.2011.4.01.3400, da 10ª Vara Federal do DF, que supostamente contemplaria os fatos constantes da Representação, não relaciona o Sr. Renilson Rehem de Souza como réu; entende-se que não existem evidências, nestes autos, que sustentem a alegação de associação deste com o Sr. Alexandre Paes dos Santos, a Sra. Débora Cristina Alves e o Sr. Nelson Sequeiros Rodrigues

Tanure, com a intenção de extorquir a empresa Novartis, tampouco da atuação nos “bastidores” dos Poderes Executivo e Legislativo.

41. Ressalte-se, ainda, que o aprofundamento das investigações afetas aos fatos narrados não é da competência deste Tribunal de Contas.

1.3.2 Participação do Sr. Renilson Rehem de Souza do quadro societário de empresas

42. Segundo a Representação, o Sr. Renilson Rehem de Souza seria sócio de cinco empresas:

- a. EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, CNPJ 47.093.703/0001-75;
- b. IBROSS – Instituto Brasileiro das OSS – CNPJ 23.639.532/0001-79;
- c. NOVA DIRECAO-CONSULTORIA PROJ. E ADM. SAUDE LTDA, CNPJ 02.304.169/0001-60;
- d. NOVA SAUDE CONSULT. EM GESTAO DE SERV E SIST LTDA, CNPJ 05.546.968/0001-31;
- e. VIDAS – GESTAO ADMINISTRATIVA EM SAUDE LTDA, CNPJ 08.179.231/0001-16.

43. Em sua defesa, o Sr. Renilson Rehem de Souza alega que a EMPLASA é uma empresa pública. Com efeito, por meio de consulta ao sítio da mencionada pessoa jurídica – PJ –, bem como ao cadastro desta na RFB, constatamos que a EMPLASA é uma Sociedade de Economia Mista que faz parte da Administração Indireta do Estado de São Paulo, sendo responsável pelo planejamento regional e metropolitano da mencionada Unidade Federativa – UF². Ademais, o Gestor ocupou o cargo de Conselheiro de Administração, na mencionada instituição, no período entre 09.03.2007 e 25.06.2013 (PT n.º 05). Em face disso, entende-se que não existe qualquer incompatibilidade nas funções exercidas pelo Gestor no CSDF, no HCB e na Emplasa.

44. No que concerne ao IBROSS, possui razão o manifestante ao alegar que se trata de associação sem fins lucrativos, cujos associados são compostos por OS na área da saúde, e que tem por objetivo, dentre outros, informar e mobilizar a sociedade em favor da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados pelo Estado e por seus parceiros a todos os brasileiros. Também entendemos que não existe incompatibilidade entre as funções exercidas pelo Gestor no IBROSS e no CSDF, ainda que concomitantes.

² Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/Institucional/Detalhe/A-empresa>. Acesso em 29.05.18, às 17h40.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

45. *Em relação às outras três pessoas jurídicas mencionadas na Representação, o manifestante alegou que todas apresentam a situação cadastral “baixada”, no cadastro da RFB, o que foi confirmado por este Corpo Técnico – datas das baixas: 25.03.2004, 08.01.2014 e 20.09.2016 (PT n.º 05).*

46. *Outrossim, por meio do Ofício DS N.º 15/2018-SEACOMP (peça 170), solicitamos ao HCB que enviasse a relação de seus fornecedores de bens e serviços, bem como os respectivos valores pagos, totalizados para 2017, informações que constam da peça 173.*

47. *Não obstante, solicitamos ao Núcleo de Informações Estratégicas – NIE –, que indicasse a relação de parentes do Sr. Renilson Rehem de Souza. O NIE encaminhou as informações requeridas, indicando os CPFs localizados para os seguintes parentes: mãe, 1 cônjuge/companheira, 3 filhos, 2 netos, 3 irmãos e 6 sobrinhos.*

48. *Esclarece-se que o NIE obtém a relação de parentes de determinado CPF em um banco de dados mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Este, por sua vez, utiliza informações constantes de diversos bancos de dados, como RFB, Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, Registro Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH –, Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – e outros. Ressalte-se que a relação de parentes constante do banco de dados do TCU não representa, necessariamente, a totalidade dos parentes de determinado indivíduo, em face de possíveis erros ou ausências de informações nos bancos de dados originais, bem como da exclusão, dessa relação, de quaisquer ocorrências de homônimos, por escolha dos gestores do banco de dados do TCU.*

49. *Após o recebimento das informações requeridas, por meio do software SAS, realizamos os seguintes procedimentos:*

a. *levantamos os CPFs das pessoas físicas sócias diretas dos fornecedores indicados pelo Hospital, conforme registro na base de dados da RFB (lista denominada “sócios nível 1”);*

b. *levantamos os CNPJs das pessoas jurídicas que são sócias dos fornecedores indicados pelo Hospital e, em seguida, levantamos os seus respectivos sócios pessoa física (lista denominada “sócios nível 2”);*

c. *o procedimento mencionado acima foi repetido até que se encontrassem os “sócios nível 5” (isto é, uma pessoa física, sócia direta de uma PJ, a qual é sócia de uma segunda PJ, que é sócia de uma terceira PJ, sócia de uma quarta PJ, a qual, por fim, é sócia de um fornecedor do HCB);*

50. *Em seguida, a lista completa dos CPFs dos sócios dos fornecedores do HCB (isto é, consolidada para os 5 níveis acima mencionados, totalizando 1.945 CPFs distintos) foi cruzada com os CPFs do Sr. Renilson Rehem de Souza e de 16 parentes seus (ver parágrafo 47). Como resultado, concluímos que nem o citado Gestor, nem 16 de seus parentes são sócios (até o “nível 5”) dos fornecedores de bens e serviços do HCB, em 2017³.*

51. *Em outra consulta, identificamos que, dos 16 parentes localizados para o Sr. Renilson Rehem de Souza, 2 irmãos e 3 sobrinhos são ou foram sócios de 8 empresas, ao todo. Realizamos o cruzamento dessas 8 empresas, além das 5 pessoas jurídicas associadas ao citado Gestor*

³ Conforme relação de fornecedores indicada pelo próprio HCB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(listadas no parágrafo 42), com a relação de todos os credores da SES (em qualquer época). Como resultado, não identificamos nenhum credor da SES/DF que tenha como sócio ou associado o Sr. Renilson Rehem de Souza ou seus parentes.

52. *Diante do exposto, entende-se que não existem evidências, nestes autos, que sustentem a alegação de que o Sr. Renilson Rehem de Souza possui empresas que mantêm relações comerciais com o HCB ou com a SES/DF. Da mesma forma, também não foi possível identificar a existência de relações comerciais entre as empresas dos parentes do mencionado Gestor e o HCB ou a SES/DF.*

53. *Por fim, ressalte-se que não dispomos de meios para identificar a eventual existência de pessoas que efetivamente representem o Gestor ou seus parentes, mas que não tenham vínculo de parentesco com estes (isto é, pessoas popularmente conhecidas como “laranjas”).*

1.3.3 Participação do Sr. Renilson Rehem de Souza no CSDF

54. *O Sr. Renilson Rehem de Souza alega que sua participação no CSDF decorre da Lei Distrital n.º 4.604, de 15 de julho de 2011. Afirma, também, que o Conselho tem como funções “o debate, o estudo e a troca de conhecimentos dos mais diversos seguimentos a fim de definir políticas em gestão da saúde”. Em função disso, argumenta que é razoável a participação de diversos segmentos da sociedade no CSDF e ressalta que a suposta influência exercida sobre os demais membros do Conselho colocaria em dúvida a idoneidade destes.*

55. *Contrapondo esses argumentos, o MPJTCDF, por meio do Parecer n.º 1003/2016-MF (peça 40), posicionou-se da seguinte maneira:*

“7. A Representação demonstrou que há risco de que o Sr. Renilson, caso continue a exercer suas atividades como conselheiro do CSDF, possa retardar ou dificultar a realização dos trabalhos da c.Corte. Tanto assim é que a cautelar foi deferida para seu afastamento provisório do Conselho, até que se encerrem as apurações devidas.

[...]

8. É preciso ressaltar que a Representação ministerial não discute a formação do Conselho de Saúde, tal como proposto no Decreto nº 5839/2006, transcrito na peça recursal, e disposto nos normativos distritais mencionados - art. 215, §20, da LODF, e a Lei Distrital 4.604/2011. A representação, por óbvio, não pretende discutir a participação de representantes do setor privado no Conselho. Aliás, a Representação não se pauta em uma discussão teórica e, se o fizesse, não teria sido conhecida. Foi conhecida porque apresenta fortes indícios de irregularidades”.

56. *Com efeito, a composição do CSDF decorre da Lei Distrital n.º 4.604/2011, conforme art. 2º, abaixo transcrito, parcialmente:*

“Art. 2º O CSDF é composto por vinte e oito membros conselheiros titulares, distribuídos de forma paritária, sendo quatorze representantes dos usuários, sete representantes dos trabalhadores de saúde e sete representantes dos gestores e prestadores de serviços públicos e privados de saúde, com a seguinte distribuição de vagas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

I – as quatorze vagas de usuários deverão ser compostas por representantes de:

[...]

II – as sete vagas de trabalhadores em saúde deverão ser compostas, dentre as representações de trabalhadores das seguintes áreas ou segmentos, por:

[...]

III – as sete vagas de gestores públicos e privados deverão ser compostas pelas seguintes representações: a) um representante dos hospitais privados;

b) um representante da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS;

c) um representante do Hospital Universitário de Brasília – HUB/FUB ou dos Hospitais Militares das Forças Armadas; d) três representantes da SES/DF;

e) um representante da Fundação Hemocentro de Brasília.

§ 1º Para cada titular haverá um suplente”.

57. Como ressaltado pelo MPJTCDF, a Representação não está voltada à discussão teórica acerca da participação de representantes do setor privado no Conselho, mas sim aos indícios de irregularidades descritos na Exordial, afetos ao Sr. Renilson Rehem de Souza.

58. Contudo, conforme análise empreendida nesta Informação, não foi possível, com os meios disponíveis a este Corpo Técnico, confirmar os indícios de irregularidades apontados na Representação.

59. Reforça-se, ainda, que o Relatório Final da CPI indica a ausência de irregularidades que ensejem a manutenção do afastamento do mencionado Gestor de suas funções, como se observa do parágrafo 32.

60. Dessa forma, afastada a discussão teórica acerca da possibilidade da participação de integrantes do setor privado no CSDF – dado que tal discussão se mostra impertinente aos autos –; e após a impossibilidade de se confirmar os indícios de irregularidades apontados na Exordial – com a utilização dos meios disponíveis a este Corpo Técnico – entende-se que, neste ponto, a Representação deve ser considerada improcedente, com a consequente revogação da medida cautelar deferida por meio do item II da Decisão n.º 4765/2016.

**II. DA VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE POSSÍVEL MANIFESTAÇÃO
DO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DF, EM REUNIÕES DO CSDF,
ESPECÍFICA E DIRETAMENTE A RESPEITO DE INTERESSE
PREDOMINANTEMENTE PRÓPRIO**

II.1. Teor da Representação

61. Acerca da atuação do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal – ICDF – junto ao CSDF, o Parquet apresentou as seguintes considerações:

“[...] o CSDF conta como 7º Titular o ICDF, contratado do GDF, e ocupante de vaga atinente a Hospital Privado (artigo 2º, III, a da Lei 4604/11). Nada obstante, não se trata de hospital sem vínculo ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

com vínculo eventual com o SUS, mas diretamente destinatário de vultosos repasses públicos. Nesse contexto, é sabido que o CSDF pode deliberar, dentre outros, sobre tema de interesse direto do ICDF (vide artigo 6º, incisos III, IV e V, por exemplo), razão pela qual o MPC/DF entende que a Corte deve autorizar a realização de inspeção, para verificar, se, dentre tais deliberações, o ICDF manifestou-se, no CSDF, específica e diretamente a respeito de interesse predominantemente próprio” (peça 3, p. 7).

II.2. Manifestações acerca do tema

62. Observa-se que a Decisão n.º 4765/2016 não relacionou o ICDF dentre os interessados no deslinde destes autos. Por conseguinte, o mencionado Instituto não tomou conhecimento da Representação e, naturalmente, não se manifestou a seu respeito. Apesar disso, entende-se que seja possível a análise requerida pelo MPJTCDF, como se demonstrará a seguir.

II.3. Análise

63. Como já abordado, a discussão teórica acerca da participação de representantes do setor privado no CSDF não é objeto da Representação sob análise. Não obstante, o MPJTCDF apresenta seu receio de que o ICDF, favorecido de vultosos repasses públicos, tenha atuado em benefício próprio no Conselho, sobretudo em função das competências estabelecidas nos incisos III, IV e V do art. 16 da Lei Distrital n.º 4.604/2011, abaixo transcritos.

“Art. 16. Compete ao Conselho de Saúde do Distrito Federal:

(...)

III – programar, em caráter complementar, a mobilização e a articulação da sociedade na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde – SUS, para o controle social da saúde;

IV – deliberar sobre os programas e projetos de saúde a serem encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes do Plano de Saúde do Distrito Federal”.

64. A fim de se apurar tal indício de irregularidade, requeremos, por meio do Ofício DS n.º 16/2018/SEACOMP (peça 171), o envio das atas das reuniões do CSDF, realizadas a partir de 2011.

65. Foram recebidos 165 arquivos em formato PDF, contendo digitalizações das atas das reuniões do CSDF – as digitalizações são do tipo imagem, o que impossibilita a realização de busca textual. A conversão dos arquivos do tipo imagem para texto pode ser feita por meio de um software de OCR⁴. Contudo, tendo em vista que o processo de conversão é moroso, realizamos uma seleção amostral dos arquivos⁵, realizando-se a conversão de 52 destes para o formato texto.

66. Após a conversão dos arquivos, realizamos busca textual e identificamos que, das 52 atas de reuniões do Conselho pesquisadas, 5 indicaram a participação do Sr. Renilson Rehem de Souza, representante do ICDF no período de 2011 a 2012; e 7 indicaram a participação do Sr. Jorge Bruno Rosário de Sousa, representante do ICDF no período de 2015-

⁴ Sigla em inglês para *optical character recognition* – reconhecimento ótico de caracteres, em tradução livre.

⁵ Os arquivos foram selecionados aleatoriamente, utilizando-se funções do Excel para tanto. Uma vez ordenados em ordem alfabética, os arquivos sorteados foram aqueles que ocuparam as seguintes posições: 1, 2, 3, 5, 13, 17, 19, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 44, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 61, 62, 63, 67, 69, 70, 74, 75, 80, 81, 83, 96, 97, 98, 101, 102, 105, 108, 109, 114, 123, 124, 127, 130, 143, 145, 152, 159, 160, 161 e 164.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

2018. Ou seja, os representantes do ICDF estiveram presentes em 12 das 52 reuniões analisadas (aproximadamente 23%). Dessas 12 reuniões, os representantes do ICDF somente subscreveram 4 atas, o que indica que eles tenham se ausentado antes do término das demais reuniões. Verifica-se, portanto, a baixa participação dos representantes do ICDF nas reuniões do Conselho.

67. Não obstante, nas buscas realizadas, foi localizado o seguinte registro da participação do Sr. Renilson Rehem de Souza, na qualidade de representante do ICDF, na Ata da Ducentésima Octogésima Oitava Reunião Ordinária do CSDF, realizada em 10.04.12:

“[...] 03. Processo nº 060.002.271/2012, Assunto: Plano Distrital de implantação de Organização de Procura de Órgãos e Tecidos OPO/DF. Relator: Renilson Rehem de Souza. Iniciou informando que o objeto do processo é a criação de uma Organização de Procura de Órgãos e Tecidos - OPO no Hospital Regional de Santa Maria a fim de aprimorar os processos de captação e transplantes no Distrito Federal. Informou que está em conformidade ao disposto na Portaria GM/MS nº 2.601/2009, que institui o Plano Nacional de Implantação de Organização de Procura de Órgão - OPO's, com a finalidade de promover o fortalecimento e o aprimoramento do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, a melhoria do processo de doação/transplante, o aumento do número de notificações de morte encefálica e a efetivação de doadores e, conseqüentemente, do número de captações de órgãos e tecidos. Apresentou a justificativa da SES-DF na escolha do local de instalação da OPO no HRSM por abranger um número três vezes maior de pessoas que se instalada no HBDF, e poderá atender a cinco regiões administrativas. Apresentou levantamento realizado pelo Ministério da Saúde o qual apontou que o número de transplantes de órgãos no Brasil cresceu 16,4% no primeiro semestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009. Destacou que a adesão do Distrito Federal ao Plano Nacional de Implantação de OPO's é fundamental, especialmente porque a OPO auxiliará no fortalecimento do trabalho já realizado que atribuiu ao Distrito Federal o 3º lugar no ranking de 2010 entre os Estados com maior número de doadores do Brasil e, além disto, a implantação da OPO gera ao Distrito Federal o direito ao recebimento de incentivo financeiro repassado mensalmente do Fundo Nacional de Saúde ao Distrital para provimento dos meios e para manutenção de equipe especializada que nesta atua. Informou que o Plano contempla os requisitos impostos pelo art. 60, da Portaria GM/MS nº 2.601/2009, estabelecidos para cumprimento da Etapa I para adesão do Gestor Estadual ao Plano Nacional de OPO. Finalizou opinando-se favorável a implantação da primeira OPO do Distrito Federal e no mesmo sentido pela criação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgão do Distrito Federal – CNCDO-DF para que seja instalada no Hospital Regional de Santa Maria, sem prejuízo de que seja analisada a possibilidade de implantação futura da segunda OPO distrital no HBDF. Após a apresentação foi aberta as discussões. Conselheiro Helvécio solicitou que, os processos nº 060.013.694/2011 e 060.002.271/2012 fossem anexados por se tratarem do mesmo assunto. Conselheiro Agamenon colocou que a criação da OPO deveria ser iniciada no HBDF. Presidente informou que o HBDF hoje atua como central de captação e que a escolha da criação no Hospital de Santa Maria justifica-se por comportar o maior número de leitos de UTI(S) e está próximo ao HR Gama. Encerrada as discussões foi encaminhado a votação e aprovado por unanimidade, a criação no HRSM”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

68. Como se observa do trecho acima transcrito, a participação do representante do ICDF limitou-se à criação da OPO, em atenção à Portaria GM/MS n.º 2601/2009, não havendo evidências de tentativa de favorecimento ao Instituto.

69. Outrossim, na Ata da Trecentésima Trigésima Sétima Reunião Extraordinária do CSDF, de 18.11.14, identificamos, ainda, o seguinte trecho:

“2.10 - Contrato Emergencial do Instituto do Coração do DF- ICDF - Conselheira Cristiane de Aguiar explicou ao pleno a necessidade da contratação emergencial do Instituto do Coração para realização de transplantes e cirurgias cardiológicas em pediatria e frisou sua importância e urgência. Disse que o processo está regulamentado pelo Ministério da Saúde e que o DF não tem serviço na SES para transplante e cirurgias pediátricas. Continuou informando que o processo já passou pela análise da Procuradoria e solicitou análise do pleno. Conselheiro Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do CSDF, questão de ordem, encaminhou que seja realizada dia vinte e cinco de novembro uma reunião extraordinária do CSDF para deliberação do tema. Conselheira Cristhiane de Aguiar disse que o contrato emergencial com o ICDF foi pautado na emergência e não abrange os serviços de transplante e cirurgia pediátrica, e não se tem tempo hábil para realizar uma licitação. Conselheiro Joel dos Santos propôs a votação em caráter emergencial. Conselheiro Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do CSDF, propôs uma comissão para análise do processo, constituída pela Conselheira Olga Messias, Conselheira Úrsula Loriato, Conselheiro Márcio da Mata, Conselheira Cristhiane de Aguiar e Conselheiro Bruno Metre”.

70. O trecho acima destacado trata da contratação emergencial do ICDF para realização de transplantes e cirurgias cardiológicas em pediatria. Contudo, não há registro da presença de representantes do ICDF, na aludida reunião.

71. Noutro passo, destaca-se que, em sua página na web, a SES/DF relaciona as unidades de saúde, públicas ou privadas, aptas à realização de transplantes de órgãos no DF⁶. Extrai-se, da mencionada página, que o ICDF presta atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. Não obstante, o Instituto é a única unidade de saúde (pública ou privada), apta a realizar transplantes de coração e pulmão no DF (o Instituto realiza outros tipos de transplante, como renal e hepático, por exemplo, mas, nesses casos, não é a única unidade apta a realizar tais procedimentos, no DF).

72. Dessa forma, na qualidade de único Centro de Transplante apto à realização de transplantes de coração e pulmão no DF, devidamente credenciado para realização de procedimentos em pacientes do SUS, entende-se que seja natural a existência de vultosos repasses públicos para o ICDF.

73. Destaca-se que a SES/DF e o mencionado Instituto celebraram o Contrato n.º 46/2016-SES/DF, referente à contratação de serviços de saúde ambulatoriais e emergenciais de média e alta complexidade. Tal contrato é alvo da Representação n.º 8/2017-CF, constante do Processo TCDF n.º 26.314/2016-e.

74. Outrossim, ressalta-se que a Lei n.º 4.604/11 não condiciona a participação de representantes do setor privado à inexistência do

⁶ <http://www.saude.df.gov.br/centros-de-transplantes/>, acesso em 1º/06/18.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

recebimento de recursos públicos. Ademais, as deliberações do CSDF são colegiadas e a atuação dos conselheiros é alvo de fiscalização por seus pares, na forma do Art. 14 da mencionada Lei, a seguir transcrito:

“Art. 14. Perderá o mandato o Conselheiro que, no período de um ano, faltar a mais de três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas, sem justificativa, ou cujo procedimento for declarado, pelo Plenário do Conselho, incompatível com o decoro da função” (grifou-se).

75. *Não obstante, por meio dos procedimentos realizados por este Corpo Técnico (parágrafos 64 a 70), não foi possível identificar evidências de condutas do ICDF contrárias aos princípios correlatos à Administração Pública, sobretudo no que concerne à eventual manifestação “específica e diretamente a respeito de interesse predominantemente próprio”, nas reuniões do CSDF.*

76. *Em face do exposto, entende-se que a Representação, neste ponto, deve ser considerada improcedente.*

**III. DA ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA A PESSOAS ESTRANHAS
AO QUADRO DE SERVIDORES DO GDF**

III.1. Teor da Representação

77. *Na Representação (peça 3), alegou-se que a Portaria n.º 204/2015 atribuiu função pública a pessoas estranhas ao quadro de servidores do GDF. Em face disso, solicitou-se que o GDF anulasse a mencionada Norma, ou apresentasse as justificativas que entendesse pertinentes.*

78. *A peça 4 detalha a suposta irregularidade, nas seguintes palavras:*

“RENILSSON (...), além de compor o grupo de trabalho nomeado pela Portaria 204 (...) Vale notar que a mencionada portaria, também nomeou para compor o grupo de trabalho as seguintes pessoas: EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ, SADY CARNOT FALCÃO FILHO E LUIZ ARNALDO PEREIRA DA CUNHA JÚNIOR, pessoas estas que não são servidoras e não poderia integrar referido grupo. No referido documento, fica bem claro a parcialidade do GDF no sentido de influenciar o Conselho de Saúde do DF, na implementação das OSs no âmbito da saúde, apesar da resistência do Conselho de Saúde do DF no ingresso das famigeradas organizações sociais na área da saúde”.

III.2. Manifestações acerca do tema

79. *Sobre o tema, a manifestação do Sr. Renilson Rehem de Souza (peça 31) destaca seu histórico profissional e suas qualificações, o que teria ensejado seu convite para participar, como consultor, do Grupo de Trabalho que discutiria a descentralização da gestão do SUS-DF. Não obstante, destacou-se que sua participação no Grupo de Trabalho não foi remunerada. Ademais, os trabalhos tiveram duração de 60 dias, ao término dos quais foi apresentado o relatório constante das pp. 80 a 116 da peça 31.*

80. *Ressaltou-se, ainda, que o mencionado relatório:*

“não contém nenhuma menção à adoção do modelo de OS em outras unidades de saúde do Distrito Federal, se limitando apenas a tratar de proposta para a divisão da assistência à saúde no Distrito Federal em regiões administrativas, ampliando o grau de descentralização da gestão”.

81. *Não houve manifestação da SES/DF sobre o assunto.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

III.3. Análise

82. *Inicialmente, destaca-se que a participação em grupos de trabalho e comissões não está restrita a servidores públicos.*

83. *Nesse sentido, Di Pietro leciona que “toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta” é denominada Agente Público. Prossegue a administrativista indicando que tais agentes são classificados em quatro categorias: agentes políticos, servidores públicos, militares e particulares em colaboração com o Poder Público⁷.*

84. *Acerca dessa última categoria, a autora discorre que⁹:*

“Nesta categoria entram as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado, sem vínculo empregatício, com ou sem remuneração. Pode fazê-lo sob títulos diversos, que compreendem:

[...]

2. mediante requisição, nomeação ou designação para o exercício de funções públicas relevantes; é o que se dá com os jurados, os convocados para prestação de serviço militar ou eleitoral, os comissários de menores, os integrantes de comissões, grupos de trabalho etc.; também não têm vínculo empregatício e, em geral, não recebem remuneração” (o negrito é do original. Sublinhou-se).

85. *Como se observa, pessoas físicas sem vínculo empregatício, designadas para exercer função pública relevante, estão enquadradas no conceito de Agente Público, ainda que não sejam servidoras públicas.*

86. *Noutro passo, observa-se que o grupo de trabalho para realizar estudos e projetos, com vistas à descentralização da gestão da saúde, foi instituído por meio do Decreto n.º 36.671, de 13 de agosto de 2015. Destaca-se, da mencionada Norma, os dispositivos que tratam da composição do grupo de trabalho e suas atribuições:*

“Art. 1º Fica criado grupo de trabalho, o qual será presidido pelo Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal e composto pelos seguintes membros:

I - Representante do Conselho de Saúde do Distrito Federal;

II - Representante da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS;

III - Representante da Sociedade Civil.

§1º O Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal poderá designar outros membros, entre profissionais integrantes das carreiras da SES-DF, do mesmo modo, os representantes constantes dos incisos I, II e III deste artigo, poderão requerer ao Secretário de Estado de Saúde a designação de outros membros, desde que integrantes das suas respectivas instituições ou classes.

§2º O Grupo de Trabalho deverá apresentar relatório final no prazo de (60) sessenta dias, o qual versará sobre a estrutura, organização e execução da Gestão Descentralizada da Saúde” (grifou-se).

⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 27. ed. – São Paulo: Atlas, 2014. p. 596. ⁹ Idem, pp. 603 e 604.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

87. Assim, com fundamento no §1º do Art. 1º do citado Decreto, a Portaria SES/DF n.º 204, de 19 de agosto de 2015, designou outros membros para integrar o mencionado grupo de trabalho.

88. Dessa forma, entende-se que não existe qualquer irregularidade na designação dos Senhores Renilson Rehem de Souza, Eduardo Luiz Conceição Bermudez, Sady Carnot Falcão Filho e Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior para comporem o mencionado grupo de trabalho, haja vista que tais pessoas poderiam integrá-lo, na qualidade de particulares em colaboração com o Poder Público.

89. Noutro passo, destaca-se que o MPJTCDF requereu que a citada Portaria fosse anulada, ou que fossem apresentadas as justificativas para a designação dos mencionados particulares em colaboração com o Poder Público.

90. Com efeito, embora seja possível a designação de particulares para compor grupos de trabalho, requer-se que tais pessoas tenham as competências necessárias para contribuir com o trabalho para o qual foram designadas, o que iria ao encontro da requisição do MPJTCDF, no sentido de que fosse justificada a designação de tais particulares para o exercício de função pública.

91. A despeito disso, destaca-se que os trabalhos do mencionado grupo de trabalho foram encerrados em outubro/2015, com a apresentação do Relatório constante das pp. 80 a 116 da peça 31. Ressalte-se que, em 26 de julho de 2016, foi promulgado o Decreto n.º 37.515/2016, cuja redação se aproxima bastante daquela constante da minuta apresentada pelo Grupo de Trabalho (pp. 89 a 92 da peça 31).

92. Outrossim, não identificamos, em nenhum dos mencionados documentos, a alegada “parcialidade do GDF no sentido de influenciar o Conselho de Saúde do DF, na implementação das OSs no âmbito da saúde”. Na verdade, o objeto sobre o qual o grupo de trabalho se debruçou – e que veio a se tornar Norma Jurídica, posteriormente – trata da descentralização da gestão da saúde, por meio do Programa de Gestão Regional da Saúde – PRS.

93. Assim, entende-se que o exaurimento dos trabalhos do grupo designado por meio da Portaria SES/DF n.º 204/2015 ocasiona a perda de objeto da requisição do MPJTCDF, no sentido de que sejam apresentadas as justificativas para a designação de particulares para compor esse grupo, ou, ainda, para a anulação da mencionada Portaria.

IV. DO DESTAQUE DO PROCESSO DE APOSENTADORIA DE DÉA MARA TARBES DE CARVALHO (N.º 060.005.578/2013)

IV.1. Teor da Representação

94. Na Representação do MPJTCDF (peça 3), foram apresentadas as seguintes ponderações, acerca da servidora Déa Mara Tarbes de Carvalho:

“- ‘DEA MARA TARBES DE CARVALHO (...) a pessoa que participou da Ata de Assembleia Geral de Constituição do ICIPE (...) teve participação ímpar nos grupos de trabalho criados para assistir o Planejamento Estratégico da SES/DF. (...) encaminhou ofício (...), solicitando a liberação de verbas para o ICIPE. (...) passou à condição de Diretora do ICIPE, (...) sendo que naquela época, DEA MARA ainda não estava desligada da Secretaria de Saúde, na medida em que sua aposentadoria somente ocorreu no mês de agosto de 2013. (...) não há dúvidas de que a médica DEA MARA TARBES



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

DE CARVALHO praticou no mínimo o crime de advocacia administrativa, atuando em favor do ICIPE, quando ainda estava lotada como Subsecretária (...)."

95. Por sua vez, a peça 4 detalha os acontecimentos acima descritos da seguinte maneira:

"[...] ao longo das exaustivas diligências, chegou-se ao nome de DEA MARA TARBES DE CARVALHO [...] como sendo a pessoa que participou da Ata de Assembleia Geral de Constituição do ICIPE.

[...] chamou muito a atenção dos ímplies investigadores [...] a atuação da médica DEA MARA TARBES DE CARVALHO junto a ICIPE e ao HCB, além de sua atuação como médica na SES/DF. Senão vejamos.

A ordem de serviço n.º 01, publicada no DODF em 02/06/2008, além de outros documentos conexos, demonstram de forma irrefutável que a referida médica sempre esteve à frente da Coordenação de Planejamento Estratégico da Secretaria de Saúde, o que foi robustecido com a Portaria n.º 492, de 15/12/2008 do DODF, além da Portaria n.º 102 de 26/05/2009 (documentos em anexo). Dessa forma, referida especialista teve participação ímpar nos grupos de trabalho criados para assistir o Planejamento Estratégico da SES/DF.

Em 11/06/2010, DEA MARA TARBES DE CARVALHO encaminhou ofício ao Chefe da Unidade de Administração Geral – UAG, aos cuidados do Sr. ARMANDO ASSUNÇÃO, solicitando a liberação de verbas para o ICIPE, que somadas chegavam ao importe de quase R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), referente à minuta de contrato acordada entre as partes (processo 060.002.634/2010). No documento em anexo, a médica em testilha, na condição de Subsecretária Interina de Programação, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC/SES, ainda pediu que se priorizasse o feito, pois a data limite para celebração de contratos novos seria até o dia 02/07/2010.

Conforme averbação ultimada no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, CARTÓRIO MARCELO RIBAS, a servidora da Secretaria de Saúde, DEA MARA TARBES DE CARVALHO, passou à condição de Diretora do ICIPE, averbação n.º 16 de 03/06/2013, sendo eleita no dia 22/05/2013 (documento em anexo), sendo que naquela época, DEA MARA ainda não estava desligada da Secretaria de Saúde, na medida em que a sua aposentadoria somente ocorreu no mês de agosto de 2013, conforme publicado no DODF, de 02/08/2013, seção 02, p. 16.

Em documento datado em 27/01/2014, DEA MARA TARBES DE CARVALHO, já na condição de Diretora-Vice-Presidente do ICIPE, encaminhou documentação do ICIPE pertinente ao Contrato de Gestão 001/2014, com a finalidade de organizar, implantar e gerir as ações de assistência à saúde no HCB, no período de 2014 a 2019.

Excelentíssimo Presidente da CPI, dos documentos acima referidos, não há dúvidas de que a médica DEA MARA TARBES DE CARVALHO praticou no mínimo o crime de advocacia administrativa, atuando em favor do ICIPE, quando ainda estava lotada como Subsecretária da SUPRAC/SES-DF, na medida em que a sua atuação no dia 11/06/2010, encaminhando solicitação de dinheiro ao Chefe da UAG, antecede à data da constituição/criação do ICIPE. Ou seja, foi tudo premeditado! "

96. Em função disso, solicitou-se que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

“o TCDF determine à Controladoria do DF que destaque, imediatamente, o processo de aposentadoria da servidora Déa Mara Tarbes de Carvalho (nº 060.005.578/2013, SICOP andamento CGDF/ARQUIVO), para que sejam analisadas as denúncias ora efetuadas e seus efeitos, em face do que dispõem os artigos 195, IV c/c 203, parágrafo único da LC 840/11”.

IV.2. Manifestações acerca do tema

97. A Sra. Déa Mara Tarbes de Carvalho apresentou os esclarecimentos constantes da peça 30.

98. Inicialmente, foi apresentado o histórico funcional da defendente. Em seguida, justificaram-se as relações entre o HCB, o ICIPE e a ABRACE, destacando-se os processos acerca desses temas que já tramitaram neste Tribunal de Contas.

99. No que concerne à Representação propriamente dita, a Sra. Déa dividiu sua manifestação em quatro tópicos: sua participação no ato de constituição do ICIPE; a ocupação de cargo de diretoria; a solicitação de liberação de verbas para o ICIPE; e a alegação de prática de advocacia administrativa.

100. Sobre a participação da Sra. Déa na Ata de Assembleia Geral de Constituição do ICIPE, destacou que tal documento contou com a assinatura de 19 pessoas, sendo 6 vinculadas à ABRACE, 7 à SES/DF (algumas ocupantes de cargo de chefia) e 6 dentre pessoas idôneas, com atuação relevante em suas respectivas áreas. Ressaltou, ainda, que somente veio a ocupar cargo de direção no ICIPE quatro anos após esse evento, em maio de 2013, oportunidade em que já não ocupava cargo de confiança na SES/DF.

101. Ressaltou, também, que não há vedação para que servidores públicos participem de associações sem fins lucrativos, conforme estabelecido no art. 193, X, “c”, da Lei Complementar n.º 840/2011, abaixo transcrito:

“Art. 193. São infrações graves do grupo I:

(...)

X. participar de gerência ou administração de sociedade ou empresa privada, personificado ou não personificada, salvo:

(...)

c) em instituições ou entidades beneficentes, filantrópicas, de caráter social e humanitário e sem fins lucrativos, quando compatível com a jornada de trabalho”.

102. Ponderou, ainda, que, na oportunidade em que foi eleita para compor a Diretoria do ICIPE, já não ocupava cargo de direção na SES/DF há mais de dois anos, além de já se encontrar em andamento seu processo de aposentadoria. Destacou que o cargo Diretivo no ICIPE não é remunerado, na forma do art. 24 do Estatuto Social dessa entidade.

103. No que concerne à suposta solicitação de liberação de verbas para o ICIPE, a defendente resumiu seus argumentos da seguinte maneira:

“56.1. nenhum dos cargos ocupados pela Defendente tinha como atribuição ou prerrogativa a autorização ou ordenação de despesas ou a celebração de contratos e convênios;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

56.2. a área de planejamento e demais divisões nas quais atuou a Defendente eram só o ponto de partida dos processos, diante da solicitação expressa de áreas técnicas finalísticas, geralmente da Subsecretaria de Atenção à Saúde SAS/SES;

56.3. não existiu o mencionado pedido de prioridade para o feito, mas de agilidade no trâmite do processo, em obediência às regras eleitorais, o que revela nada além de uma conduta diligente da Defendente; e

56.4. os valores foram elaborados a partir de estudo realizado por Consultoria contratada pela ABRACE e confirmados pelos técnicos da SES”.

104. Considerou, também, que o Despacho por ela encaminhado referia-se a uma etapa administrativa inicial de um processo de celebração de acordos e que tal encaminhamento fora realizado por força do cargo que ocupava na SES-DF, isto é, tratava-se de cumprimento do seu dever funcional.

105. Por fim, no que concerne à suposta prática de advocacia administrativa, destacou a incompetência do TCDF para julgamento desse crime. A despeito disso, alegou que não poderia ter praticado tal crime:

“66.1. a uma, porque se a pretensa conduta irregular envolver interesse público, não há falar em advocacia administrativa;

66.2. a duas, porque, conforme vastamente demonstrado na epígrafe anterior, o ato da Defendente, consubstanciado no envio de Ofício ao chefe da UAG, é perfeitamente hígido; e

66.3. a três, porque, ainda que fosse o ato fosse viciado, o que se admite apenas para argumentar, é imprescindível a demonstração da intenção (dolo) da Defendente em se utilizar da sua posição de agente público para patrocinar interesses privados alheios;

66.4. a quatro porque não se cogitou, em nenhum momento, de qualquer espécie de vantagem ou interesse que pudesse ser auferido ou obtido pela Defendente. Pelo menos, nesse particular aspecto, teve o Ministério Público a honestidade de nada assacar contra ela”.

106. Não obstante, o ICIPE também apresentou suas considerações acerca do tema, endereçadas à CPI da Saúde (peça 143). Os argumentos apresentados pelo referido Instituto são praticamente os mesmos acima descritos, com exceção do trecho abaixo reproduzido, que complementa as considerações feitas pela médica:

“Para a constituição do ICIPE, foram observadas algumas premissas, tais como: (1) a iniciativa da ABRACE, como previsto no Convênio; (2) a competência para a gestão de um hospital público, a partir da formação e experiência do conjunto de fundadores; e (3) a continuidade da caracterização da parceria entre o Estado e a sociedade civil na composição do grupo”.

IV.3. Análise

107. A Representação sustenta que a Sra. Déa Mara Tarbes de Carvalho, enquanto servidora efetiva da SES/DF, ocupou cargos de chefia e participou de grupos de trabalho voltados à elaboração do Planejamento Estratégico da Pasta, mormente nos exercícios de 2008 e 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

108. Acrescenta que, enquanto ainda ocupava cargo efetivo na SES/DF, a médica teria participado da Assembleia Geral de Constituição do ICIPE, realizada em 22.05.09, tornando-se associada-fundadora do Instituto.

109. Pondera, também, que, em 2010, na qualidade de Diretora de Programação e Políticas de Saúde, da Subsecretaria de Programação, Regulação, Avaliação e Controle, subscreveu documento que teria favorecido o ICIPE.

110. Posteriormente, destacou-se que, em 22.05.13, a médica assumiu o cargo de Diretora do ICIPE, tendo se aposentado de seu cargo efetivo na SES/DF apenas em 02.08.13. Por fim, ressalta que, em 27.01.14, na qualidade de Diretora do ICIPE, encaminhou documento à SES/DF, contendo documentação pertinente ao Contrato de Gestão n.º 001/2014.

111. Em face disso, considerou-se que as ações da servidora foram irregulares, em face de suposto favorecimento ao ICIPE, motivo pelo qual solicitouse o destaque do processo administrativo relativo à sua aposentadoria e consequente apuração dos fatos.

112. Assim, verifica-se que a principal controvérsia narrada na Exordial reside no suposto favorecimento ilícito ao ICIPE, na forma do Despacho de 11.06.10 (p. 160 da peça 4), abaixo reproduzido, parcialmente:

“[...] encaminhamos o presente processo para aprovação do ordenador de despesas, averiguação de disponibilidade orçamentária e posterior encaminhamento à Coordenação de Contratos para as providências pertinentes.

Informamos que, de acordo com os termos dessa minuta de contrato, os valores a serem apreciados por essa UAG são os discriminados a seguir.

[...]

Reiterando a necessidade de fazer tramitar o processo com a agilidade possível, tendo em vista a data limite de 2 de julho para a celebração desses novos contratos, colocamo-nos à disposição para outras informações que se façam necessárias”.

113. Contudo, da leitura do mencionado documento, entendemos que assiste razão à Sra. Déa Mara Tarbes de Carvalho, ao alegar que agiu em cumprimento do seu dever funcional. Ademais, o documento representa etapa intermediária na contratação, não havendo qualquer evidência de ação voltada ao irregular beneficiamento do ICIPE.

114. Outrossim, como ressaltado pela defesa da médica, não é vedada a participação de servidores na gerência ou administração de associações filantrópicas e sem fins lucrativos, quando compatível com sua jornada de trabalho, como se extrai do art. 193, X, “c”, da Lei Complementar n.º 840/2011.

115. Em face do exposto, entende-se que não existem evidências de que a atuação da Sra. Déa Mara Tarbes de Carvalho tenha beneficiado ilicitamente o ICIPE. Consequentemente, entendemos que a Representação, neste ponto, deve ser considerada improcedente.

**V. DOS VÍNCULOS DOS INTEGRANTES DO ICIPE COM EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS, FORNECEDORES DE INSUMOS E
EQUIPAMENTOS AO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

V.1. Teor da Representação

116. Na peça 38, o MPJTCDF alega que o Relatório da CPI da Saúde, de 23.08.16, indica diversas irregularidades, dentre as quais destacou:

“são apresentados vínculos de grande parte de suas diretorias, gestores ou sócios-administradores com empresas prestadoras de serviços, fornecedores de insumos e equipamentos ao Sistema de Saúde Pública, que ultrapassam os relacionamentos de filantropia, chegando a interesses empresariais com indícios de irregularidades, os quais se confrontam com o artigo 37 da Constituição Federal, onde, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

V.2. Manifestações acerca do tema

117. O ICIPE apresentou à CPI da Saúde diversos esclarecimentos, constantes das peças 142 e 143 destes autos.

118. No que concerne ao vínculo de seus gestores com empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de insumos e equipamentos ao Sistema de Saúde Pública, o Instituto apresentou os seguintes esclarecimentos:

“Esclarecimento 5

[...] arguir em um Relatório de CPI que há incompatibilidade lógica em um empresário se dedicar a filantropia é contestar a honestidade da conduta do cidadão que doa voluntariamente tempo e dedicação a causas sociais baseando-se unicamente no fato de ser sócio em empresa” (p. 15 da peça 143).

“Esclarecimento 7

[...]Chamar de ‘sócios’ os membros de uma organização sem ‘animus lucrandi’ só se explica pela intenção de passar a ideia de que se trata de uma organização com ‘animus lucrandi’, o que teria que ser provado e não apenas suposto. Portanto a Abrace e o Icipe não possuem ‘sócios’ nem ‘acionistas’. Seus membros são associados” (p. 16 da peça 143).

“Esclarecimento 22

[...]

Neste item, os investigadores, mais uma vez, sem apresentar nenhuma situação objetiva, estabelecem uma estranha relação:

Ter atividade empresarial e participar de associações de interesse social são indícios (‘não restam dúvidas’) de ‘dilapidação do patrimônio’, ‘DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO’ e

‘LOCUPLETAMENTO ILÍCITO SEM CAUSA’ (grifos originais).

Mais uma vez o relatório foge a seus objetivos. Pior que isso. Induz o leitor a considerar a existência de irregularidades, sem apontar, objetivamente, uma sequer.

Não cabe a investigação policial, com base em elementos subjetivos, inferir resultados. Cabe demonstrá-los” (p. 27 da peça 143).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

V.3. Análise

119. Para analisar o presente item da Representação, realizamos os mesmos procedimentos descritos no item I.3.3 desta Informação, mas para todos os Agentes Públicos discriminados nas páginas 6 a 8 da peça 4.

120. Apresentamos, na tabela a seguir, a consolidação das informações acerca dos parentes localizados pelo NIE para os aludidos Agentes Públicos (observadas as considerações feitas no parágrafo 48).

Tabela 1: Agentes Públicos e quantidade de vínculos familiares localizados

Nome	Cargo (segundo a Representação)	TIPO DE VÍNCULO FAMILIAR ⁸						
		Conjugal	Pai ou padrasto x filho ou afilhado	Sogro x genro	Avô x neto	Irmãos	Tio x sobrinho	Primos
Antonio Horacio Fernandes da Silva	Diretor/HCB	0	2	0	0	3		
Dea Mara Tarbes de Carvalho	Diretor/ICIPE	0	3	0	0	1		
Elmar Sant Ana	Diretor/Abrace	0	1	0	0	6		
Flavio Marques	Diretor/Abrace & Superintendent e Executivo/HCB	0	2	0	4	3		
Godofredo Costa do Carmo	Diretor/Abrace	0	4	0	1	1		
Helio Cezar Zgiet Silveira	Diretor/HCB	1	2	2	0	0		
Ilda Ribeiro Peliz	Presidente/Abr ace & VicePresidente /ICIPE	0	5	0	4	7		
Jaime Divino Alarcao	Diretor/Abrace & HCB	0	3	0	0	5		
Joao Batista Sa do Nascimento	Diretor/Abrace	0	3	0	1	2		
Jose Gilson Andrade	Superintendent e Executivo Adjunto/HCB	0	0	0	0	4		
Luciana Santana Leao	Diretor/Abrace	0	1	0	0	4		
Lysia Freire De Alarcao	Diretor/Abrace	0	5	2	1	3		
Marcio Andre Alves Do Prado	Diretor/Abrace	0	2	0	1	2		
Newton Carlos De Alarcao	Presidente ICIPE	1	5	2	1	5		

⁸ No tipo de vínculo familiar, foram indicados os vínculos existentes nas relações, mas não o sentido e o gênero. Por exemplo, no caso do Sr. Elmar Sat Ana, foram localizadas 10 pessoas que têm relação de "tio x sobrinho" com ele. Isso significa que tais pessoas podem ser seus tios, tias, sobrinhos ou sobrinhas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Valdenize Tiziani	Diretor/HCB	0	2	0	0	4		
Marcia Lucia De Oliveira	Diretor/Abrace & ICIPE	0	0	0	0	0		

121. Em seguida, realizamos o cruzamento dos CPFs dos Agentes Públicos e seus parentes, relacionados na Tabela 1, com a relação de sócios dos fornecedores do HCB em 2017 (obtida por meio dos procedimentos descritos no parágrafo 49). O resultado desses cruzamentos apontou a existência de um fornecedor do HCB, para o ano de 2017, cujo quadro societário continha parentes de um dos Agentes Públicos relacionados na Tabela 1, como demonstrado abaixo:

a. Agente Público: Marcio André Alves do Prado, que teria ocupado o cargo de Diretor da Abrace, segundo a Representação;

b. fornecedor do HCB identificado: Maxdescarte Indústria e Comércio de Descartáveis Hospitalares Odontológicos Ltda. – EPP (CNPJ 06.107.711/0001-46);

c. valores dispendidos pelo HCB em 2017 com o fornecedor⁹: R\$ 78.900,00 (0,22% da despesa total do Hospital naquele exercício);

d. vínculos familiares identificados:

I. Dalcy Alves do Prado Villa (relação de tio/sobrinho com o Agente Público), sócio administrador entre 11.02.04 e 05.10.15; e

II. Domingos Alves do Prado (relação de tio/sobrinho com o Agente Público), sócio administrador entre 11.02.07 e 18.03.13.

122. Diversamente do apontado na Representação, o Sr. Marcio André Alves do Prado já não ocupava o cargo de Diretor da Abrace à época da elaboração do Relatório Preliminar da CPI. Com efeito, conforme pesquisa no banco de dados da RFB, identificamos que o citado Agente Público esteve na direção da citada entidade entre 27.01.06 e 09.01.12.

123. A despeito disso, verifica-se que, durante esse período, a empresa Maxdescarte teve em seu quadro societário pelo menos um parente (relação de tio/sobrinho) do Sr. Marcio André Alves do Prado (PT n.º 06), mas em período anterior à contratação de 2017, ou seja, não há evidências de irregularidade na contratação realizada em 2017.

124. Não obstante, tendo em vista que o HCB iniciou suas atividades em 2011, e considerando que não dispomos das despesas de todos os exercícios do mencionado hospital (mas apenas de 2017), não temos conhecimento acerca de eventual contratação da empresa Maxdescarte até o dia 09.01.12, último dia em que o Agente Público esteve na direção da Abrace.

125. Noutro passo, realizamos levantamento de todas as pessoas jurídicas cujos quadros societários contassem com a participação dos Agentes Públicos ou seus parentes, constantes da Tabela 1. Identificamos que os 16 Agentes Públicos mencionados, além de seus 215 parentes, participam (ou já participaram) do quadro societário¹⁰ de 76 pessoas jurídicas distintas (incluindo o CNPJ do próprio ICIPE).

126. Em seguida, verificamos a existência de relações comerciais entre essas pessoas jurídicas e a SES/DF, por meio do cruzamento dessa lista de CNPJs com a relação de credores da Pasta. O resultado desse cruzamento

⁹ Conforme informações prestadas pelo próprio Hospital.

¹⁰ Incluindo qualquer tipo de pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

mostrou que, além do ICIPE (que obviamente é credor da SES/DF), outros dois CNPJs constam como credores da SES/DF:

a. *ALACON ENGENHARIA LTDA (CNPJ 38.023.321/0001-84);*

I. Período em que foi credor da SES/DF: 2000 a 2002; II. Sócios:

a) *Jaime Divino Alarcão (Diretor da Abrace e do HCB), no período entre 25.10.99 e 14.05.07;*

b) *Luciana Santana Leão (Diretora da Abrace), no período entre 14.05.07 e 26.01.09;*

c) *Wagner Carlos Alarcão (irmão de Jaime Divino Alarcão), a partir de 26.01.09;*

b. *FUNDAÇÃO UNIVERSA – FUNIVERSA (CNPJ 03.218.102/0001-76);*

I. Período em que foi credora da SES/DF: 2009;

II. Presidente: Jaime Divino Alarcão (diretor da Abrace e do HCB), no período entre de 31.03.14 e 18.08.14.

127. Como se observa, em que pesem os gestores e seus parentes constarem como sócios ou associados de diversas pessoas jurídicas, apenas duas dessas pessoas jurídicas foram credoras da SES/DF (Alacon Engenharia e Funiversa), mas ambas em período anterior a 2011, oportunidade em que foi dado início à operação do HCB.

128. Em relação à Alacon, ressalte-se que os gestores do HCB e da Abrace (Jaime e Luciana) deixaram o quadro societário da empresa entre 2007 e 2009. Não obstante, a Funiversa, entidade sem fins lucrativos, contou com a participação do Sr. Jaime em seu quadro diretivo apenas entre março e agosto de 2014, período em que a mencionada Fundação não foi credora da SES/DF.

129. Assim, entende-se que os dados levantados não permitem concluir se houve ofensa aos princípios afetos à Administração Pública, sobretudo os da moralidade e da impessoalidade.

130. Ademais, confirmou-se que os gestores da Abrace, ICIPE e HCB participam de diversas sociedades com finalidade econômica. Contudo, entendemos que esse fato, isoladamente, não representa qualquer irregularidade.

VI. DA CONTRATAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARRUDA E SIMÕES ADVOGADOS ASSOCIADOS

VI.1. Teor da Representação

131. Relatou-se, na Representação (peça 39, p. 5), que o HCB teria contratado, em 2016, o escritório de advocacia Arruda e Simões Advogados Associados, o qual teria, dentre seus sócios, Alexandre Freire de Alarcão, o qual teria ocupado o cargo de Diretor Jurídico da Abrace, além de ser filho do Presidente do ICIPE. Ressaltou-se que não foram efetuados pagamentos ao mencionado escritório e destacou-se que, naquele ano, outro escritório de advocacia também teria sido contratado, em que pese o Instituto possuir servidora lotada em sua Assessoria Jurídica.

132. Não obstante, destacou-se que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

“consultamos, supervisionados pela Dra Simara Moreira, junto ao site do TJDF – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios o nome e CNPJ da entidade contratante, onde não foi localizado nenhum processo do ICIPE como autor, mas sim um processo como réu/requerido, em que a OS é alvo de uma ação de improbidade ajuizada pelo

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Os advogados ALEXANDRE ALARCÃO e GUILHERME ARRUDA atuam em defesas judiciais do grupo POLITEC, sendo que o primeiro consta como advogado do ICIPE em Ação Civil Pública ajuizada em ano anterior à contratação do referido escritório pelo ICIPE. Até o presente momento, não se tem conhecimento de qualquer serviço jurídico prestado pelo escritório Arruda e Simões Advogados Associados ao ICIPE” (os destaques são do original).

VI.2. Manifestações acerca do tema

133. Sobre o tema, o ICIPE apresentou as alegações constantes da peça 142 (pp. 5 a 8).

134. Inicialmente, o Instituto justificou a terceirização dos serviços advocatícios, alegando que:

- a. o HCB teria apenas uma funcionária para atendimento a todas as demandas judiciais da Instituição;*
- b. a contratação de escritório de advocacia objetiva auxiliar a Assessoria Jurídica em demandas de natureza trabalhista, previdenciária e sindical, em âmbito contencioso e/ou consultivo;*
- c. as mencionadas áreas do Direito seriam alvo de constantes atualizações normativas e jurisprudenciais;*
- d. a terceirização seria mais vantajosa do que a ampliação do quadro funcional, uma vez que a empresa contratada seria remunerada exclusivamente pelo serviço efetivamente prestado e por demanda.*

135. Em seguida, esclareceu que o contrato com o escritório de advocacia Arruda e Simões Advogados Associados não foi efetivamente celebrado. Alegou que, como resultado do Chamamento n.º 224/2015 (DODF n.º 223, de 20.11.15, p. 49) haviam sido recebidas oito propostas, incluídas as propostas dos escritórios Arruda e Simões Advogados Associados (classificada em primeiro lugar no referido chamamento) e Advocacia Coelho e Oliveira (segunda colocada e atual contratada), tendo o resultado do julgamento das propostas sido publicado no DODF n.º 26, de 10.02.16, p. 45.

136. Porém, considerou que foi verificada a existência de vínculo familiar de um dos sócios da primeira colocada com o Presidente do ICIPE. Em face disso, o resultado do chamamento foi tornado sem efeito, conforme DODF n.º 48, de 11.03.16, p. 40. Em seguida, a próxima colocada, Advocacia Coelho e Oliveira, foi declarada vencedora do mencionado Chamamento, conforme extrato publicado no DODF n.º 64, de 05.04.16, p. 37.

137. Ressaltou, também, que todos esses acontecimentos seriam anteriores ao Ofício que havia incluído, equivocadamente, a Arruda e Simões Advogados Associados dentre as prestadoras de serviços do HCB.

138. Refutou, ainda, as alegações de que Alexandre Freire de Alarcão teria atuado como Diretor Jurídico da Abrace e teria representado o ICIPE em Ação Civil Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

VI.3. Análise

139. *Acerca da contratação do escritório Arruda e Simões Advogados Associados, assiste razão ao ICIPE. Com efeito, as publicações no DODF, indicadas pelo ICIPE, demonstram que o aviso de resultado do Chamamento Público n.º 224/2015, que indicou o mencionado escritório como vencedor do procedimento, foi tornado sem efeito.*

140. *Não há indicação, no DODF, do motivo que levou à citada revogação, embora o ICIPE alegue que isso tenha decorrido da constatação da existência de vínculo familiar entre um sócio daquele escritório e o Presidente do Instituto.*

141. *Contudo, verifica-se que a revogação do aviso de resultado e a publicação do novo resultado, ocorridas, respectivamente, em 11.03.16 e 05.04.16, são anteriores à instauração da CPI da Saúde.*

142. *Não obstante, a ausência de pagamentos para o mencionado escritório reforça a tese de que o Contrato não teve eficácia.*

143. *No que concerne à terceirização dos serviços de advocacia, entendemos que também não existe irregularidade, mormente considerando-se que a Assessoria Jurídica do Hospital tenha apenas uma funcionária.*

144. *Por fim, a Representação não apresentou evidências que comprovem que o advogado Alexandre Freire de Alarcão teria atuado como Diretor Jurídico da Abrace, nem que teria representado o ICIPE em Ação Civil Pública, fatos negados pelo Instituto. Com efeito, por meio de pesquisa à base de dados da RFB, não identificamos a participação do mencionado advogado no corpo diretor da Abrace (PT n.º 07). Outrossim, após consulta ao sítio do TJDF, também não foi identificada a alegada participação do advogado em processos que tenham como parte o ICIPE (PT n.º 08.a¹¹, 08.b¹², 08.c¹³ e 08.d¹⁴).*

145. *Em face do exposto, entendemos que a Representação, neste ponto, é improcedente.*

**VII. DOS DIVERSOS CONTRATOS COM INDÍCIOS DE
IRREGULARIDADES**

146. *Foi apresentado um quadro contendo nove contratações com indícios de irregularidades (peça 39, p. 4).*

147. *As duas primeiras contratações referem-se aos escritórios de advocacia Arruda e Simões Advogados Associados e Advocacia Coelho e Oliveira, cujos indícios de irregularidades já foram abordados no item VI desta Informação.*

148. *As três últimas contratações, por sua vez, referem-se às empresas Medcommerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., Halex Istar Indústria Farmacêutica Ltda. e Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. Tais empresas foram associadas a supostos esquemas de superfaturamento de preços, o que será abordado no item VIII desta Informação.*

¹¹ Processos associados ao advogado (pesquisa pelo parâmetro n.º de OAB – DF36849) em primeira instância.

¹² Processos associados ao advogado em segunda instância.

¹³ Ação Civil Pública em que o ICIPE figura como parte/réu (processo n.º 2015.01.1.120126 -7, Sétima Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal).

¹⁴ Detalhamento das partes do mencionado processo de Ação Civil Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

149. *Em relação aos demais contratos, serão apresentados, para cada um, os indícios de irregularidades, seguidos das justificativas apresentadas pelo ICIPE e da análise deste Corpo Técnico.*

VII.1. Contrato 65/2016 – ST PAUL PLAZA HOTEIS e TURISMO

150. *No campo “observação” do mencionado quadro, consta a seguinte informação: “Representado por Paulo Otávio Alves Pereira”.*

151. *Sobre o tema, o ICIPE apresentou os seguintes esclarecimentos (peça 142, p. 9):*

“O contrato 065/2016 CP 015/2016, referente ao processo nº. 2016.07.1842.00, firmado com ST. PAUL PLAZA HOTEIS e TURISMO LTDA em 28 de junho de 2016, tem por objeto a Contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de apoio operacional para organização de eventos de capacitação, treinamento, desenvolvimento e correlatos, compreendendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento, fornecimento de infraestrutura, alimentação e apoio logístico, destinados a atender o Hospital da Criança de Brasília José Alencar, com valor total estimado do lote de R\$ 52.976,00 (Cinquenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais). Até o presente momento tem execução de 0 (zero) %”.

152. *Entendemos que, neste ponto, a Representação é improcedente. Com efeito, o fato de a empresa contratada possuir em seu quadro societário Agente Político não configura, por si só, qualquer irregularidade.*

VII.2. Contrato 86/2016 – MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA

153. *No campo “observação” do mencionado quadro, consta a seguinte informação: “Representado por Roberto Marcio Nardes Mendes (Invix do Brasil – BA)”.*

154. *O ICIPE, por sua vez, apresentou os seguintes esclarecimentos (peça 142, p.9):*

“O contrato 086/2016 CP 101/2016, referente ao processo n.º 2016.07.1960.00, firmado com MICROTECNICA INFORMÁTICA LTDA em 25/07/2016, tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de equipamentos de informática e audiovisuais e profissionais especializados (recursos humanos) em locais no Distrito Federal para a realização de projetos institucionais, compreendendo o planejamento, organização, assessoria, suporte, coordenação, acompanhamento, operacionalização e execução com a finalidade de atender as necessidades do HCB, com valor total estimado do lote de R\$ 13.135,00 (Treze mil, cento e trinta e cinco reais). Até o presente momento tem execução de 0 (zero) %”.

155. *Conforme informações prestadas pelo ICIPE (peça 173), identificamos que, no exercício de 2017, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 2.468,03 à empresa em questão (18% do valor contratado). Não obstante, não identificamos o motivo pelo qual foram indicados como indícios de irregularidades o fato de a empresa ser a representada pelo Sr. Roberto Marcio Nardes Mendes, nem compreendemos a citação à empresa Invix do Brasil. Em face disso, a Representação, neste ponto, também deve ser considerada improcedente.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

VII.3. Contrato firmado com a empresa Welcome Eventos EIRELI-ME

156. A Representação alega que não foram encontrados os dados da empresa Welcome Eventos EIRELI-ME.

157. Sobre o tema, o ICIPE afirmou que (peça 142, pp. 9 e 10):

“O contrato 087/2016 CP 101/2016, referente ao processo n.º 2016.07.1960.00, firmado com WELCOME EVENTOS EIRELI - ME em 04 de julho de 2016, tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem de estrutura e instalações, locação de mobiliário, em locais no Distrito Federal para realização de projetos institucionais compreendendo planejamento, organização, assessoria, suporte, coordenação, acompanhamento, operacionalização e execução, com a finalidade de atender as necessidades do HCB, com valor total estimado do lote de R\$ 13.900,00 (Treze mil e novecentos reais). Até o presente momento tem execução de 0 (zero) %.

A WELCOME EVENTOS EIRELI, e registrada sob o CNPJ 11.654.589/001-94, localizada na ST 5A, Trecho 17, Rua 3, Lote 780, Parte A Zona Indústria, Guará, Brasília, DF, CEP 77.200-270, telefone 61-33457719”.

158. As informações acerca da contratação e da empresa selecionada foram devidamente apresentadas pelo ICIPE, não restando nenhum indício de irregularidade a ser analisado. Em face disso, a Representação, neste ponto, deve ser considerada improcedente.

**VIII. DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ALVO DE AÇÕES
DECORRENTES DE ILEGALIDADES E IRREGULARIDADES**

VIII.1. Teor da Representação

159. Foram apresentados indícios de irregularidades nas relações comerciais mantidas com as empresas Baxter Hospitalar Ltda., Hospfar – Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., Medcommerce-Comercial de Medicamentos Hospitalares Ltda., Halex Istar Indústria Farmacêutica Ltda. e FBM Indústria e Farmacêutica Ltda.

160. Ressaltou-se que as citadas empresas, em sua maioria, possuem sede em Goiânia/GO. Ademais, foi identificado que essas empresas teriam o mesmo “modo de agir”: “superfaturamento de preços, irregularidades na habilitação, venda de medicamentos com datas próximas ao vencimento” e “desvio na arrecadação de impostos estaduais”.

161. Em seguida, foram apresentadas diversas operações policiais, decisões judiciais e representações do Ministério Público envolvendo as mencionadas empresas e/ou seus sócios (pp. 6 e 7 da peça 39).

162. Em face disso, concluiu-se que a contratação dessas empresas pelo ICIPE não seria compreensível. Nesse sentido, destacou que:

*“[...] embora a questão de legalidade ou indícios de formação de cartel não seja o cerne da discussão, [...] critérios de **moralidade** devem ser considerados antes de se atestar a idoneidade de qualquer empresa para fins de estabelecer uma relação contratual na administração do erário público. Para tanto, bastava que os gestores consultassem tais empresas e certamente **verificariam o rastro de denúncias junto aos tribunais de justiça**” (os destaques são do original).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

VIII.2. Manifestações acerca do tema

163. Sobre o tema, o ICIPE alegou que os processos de compras do HCB seguem o disposto no Decreto Distrital n.º 33.390/2011¹⁵ e no Manual de Suprimentos do Hospital (pp. 88 a 105 da peça 142).

164. Considerou, também, que os critérios para participação dos interessados nos processos de compra do HCB estão estabelecidos na mencionada legislação. Ademais, alegou que impedir empresas de participar dos processos de compra exclusivamente por causa de denúncias, investigações, operações e fiscalizações iria de encontro ao art. 37, XXI, da CF/88¹⁶.

165. Em face disso, considerou que:

“[...] se a empresa foi regularmente constituída, está legalmente representada, apresenta comprovação de regularidade perante o Fisco e ao FGTS, bem como não possui débitos trabalhistas, não há nenhuma previsão legal que a impeça de participar de Chamamentos Públicos realizados pelo ICIPE/HCB.

Frisa-se que o critério de julgamento previsto em todos os Processos de Compras apontados no Quadro 04 do Relatório Informativo apresentado à CPI é o de menor preço o que comprova a seleção pelo ICIPE da proposta mais vantajosa, otimizando assim os recursos públicos recebidos por meio do Contrato de Gestão”.

166. Por fim, o ICIPE informou que as empresas citadas na Representação não constavam do banco de dados do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS –, mantido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU.

VIII.3. Análise

167. A Representação indica que não pretende discutir denúncias afetas a eventual formação de carteis. Antes, busca demonstrar que “critérios de moralidade devem ser considerados antes de se atestar a idoneidade de qualquer empresa”.

168. Contudo, a existência de investigações e denúncias envolvendo empresas que prestam serviços para o Poder Público não é impedimento para contratação destas. Isso porque, enquanto o processo estiver em curso, as empresas não podem ser consideradas culpadas. Não obstante, se, ao final do devido processo legal, houver algum tipo de decisão desfavorável a uma empresa, é preciso considerar, ainda, a extensão e a duração das sanções aplicadas. Ressalte-se que algumas sanções não impedem que a empresa participe de procedimentos licitatórios, ao passo que outras, ainda que impeçam, são aplicadas por prazo determinado.

169. Ademais, não se mostra razoável que os procedimentos de contratação das OSs sejam mais rigorosos do que aqueles empregados pela própria Administração Direta.

170. Em face disso, entendemos que a Representação, neste ponto, é improcedente.

¹⁵ Dispõe sobre a contratação de obras, serviços e aquisição de bens pelas Organizações Sociais qualificadas no âmbito do Distrito federal, e dá outras providências.

¹⁶ XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

IX. DAS SUPOSTAS IRREGULARIDADES CONTRA DIVERSAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

IX.1. Teor da Representação

171. *A Representação informa que, em outubro de 2014, a OS Grupo de Apoio e Medicina Preventiva – GAMP – foi alvo de denúncias envolvendo irregularidades contratuais e desvio de verbas públicas.*

172. *O Instituto de Saúde e Cidadania – ISAC –, por sua vez, teria sofrido intervenção da prefeitura de Jacobina/BA, após deixar um prejuízo superior a R\$ 3 milhões. Mencionada OS teria sido alvo de outras irregularidades.*

173. *O Instituto Brasília de Tecnologia e Informação – IBTI – teria como Diretor o Sr. Claynor Fernando Mazzarolo. Este já teria sido Diretor de Tecnologia da OS Sergipe Parque Tecnológico – SERGIPE TEC –, a qual, por sua vez, teria sido ré em Ação Civil Pública, decorrente de irregularidades na execução de contrato firmado com o Estado de Sergipe. Pondera, também, que a SERGIPE TEC teve as contas do exercício de 2006 julgadas irregulares pelo TCE de Sergipe, com aplicação de sanções ao mencionado Diretor. Afirma, ainda, que o Sr. Claynor teria sido sócio de empresa liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central – Bacen.*

174. *No que se refere à Novos Caminhos, afirma que a OS teria sido investigada pela Polícia Federal, na operação “Maus Caminhos”, sendo-lhe atribuída a prática de diversos crimes. Alega que o Sr. Mouhamad Moustafá, indicado como “sócio” da referida OS, fora preso pelo desvio de R\$ 112 milhões do Fundo Estadual de Saúde do Amazonas, além de ser sócio de empresas doadoras de campanha do atual Governador do Distrito Federal.*

IX.2. Manifestações acerca do tema

175. *Não houve manifestações acerca do tema.*

IX.3. Análise

176. *Tramita, neste Tribunal, o Processo n.º 15.673/2016, que trata da qualificação de entidades como organizações sociais no DF, incluindo as OSs GAMP e ISAC, mencionadas na Representação.*

177. *Ademais, juntamente com o Parecer n.º 523/2018 (e-DOC n.º BB0E5223-e, peça 126 do mencionado Processo), foi encaminhada cópia de Sentença proferida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Seção Judiciária do Estado do Amazonas (e-DOC n.º 941A675F-e, peça 127 do citado processo). Referida sentença condenou o Sr. Mouhamad Moustafá pela prática dos delitos previstos no artigo 2º, caput, e §1º, ambos da Lei n.º 12.850/2013¹⁹.*

178. *Em face disso, entendemos que os temas abordados neste item da Representação já estão tratados no Processo n.º 15.673/2016.*

179. *Por fim, ressaltamos que a apuração das denúncias de supostas doações para a campanha eleitoral do Governador do Distrito Federal não é da competência deste Tribunal de Contas.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

X. DA LEGALIDADE DO CONTRATO DE GESTÃO FIRMADO COM O ICIPE

180. Após o exaurimento dos indícios de irregularidades expressamente constantes da Representação (peças 3 e 4) e do Ofício n.º 515/2016-MPC/PG (peças 38 e 39), faz-se necessário abordar a questão da regularidade do Convênio firmado com a Abrace, da qualificação do ICIPE como OS, bem como dos Contratos de Gestão firmados com esse Instituto.

181. Nesse sentido, apresentamos os apontamentos iniciais da Exordial sobre esse tema (peça 3):

“De registrar que não é de hoje que o MPC/DF chama a atenção, primeiro, para a irregular celebração de convênio com a Abrace; segundo, para a irregular qualificação do ICIPE e terceiro, para a não menos irregular celebração de contrato de gestão com a OS em referência.

Agora, a CPI da Saúde apresenta conclusões que corroboram tudo quanto fora defendido pelo MPC/DF, há quase uma década, ou seja, desde o início da transação, por meio da irregular dispensa de licitação, para a concessão de direito real de uso, e celebração de convênio, até chegar aos dias de hoje, com 02 contratos de gestão celebrados e a incrível cifra de mais de R\$ 200 milhões de reais repassados:

‘O Contrato de Gestão (CG) no 01/2011 e a sua renovação, CG no 01/2014, são nulos ‘ab initio’, pois a contratação da ICIPE (...) não poderia ter ocorrido pelo fato de que o ICIPE não preenchia os requisitos formais estabelecidos nos Chamamentos Públicos. De mais a mais, o Parecer Vinculativo da Procuradoria Geral do DF informou da impossibilidade do Governador Agnelo Queiroz contratar referida organização social’.

...¹⁹ Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

182. Dessa forma, inobstante apontar supostas irregularidades na execução dos Contratos de Gestão firmados com o ICIPE, a Representação também questiona a legalidade desses instrumentos. Nesse sentido, o Parecer n.º 1003/2016-GPMF (peça 40), indicou que a legalidade dos referidos ajustes seria o objeto principal da Representação n.º 18/16 – CF, conforme se observa do trecho abaixo transcrito:

*“[...] ICIPE, que recebe vultosos recursos públicos advindos da União e do DF, cuja atuação é alvo de questionamento deste Parquet e **cuja legalidade do contrato de gestão é o objeto principal da Representação nº 18/16 – CF**” (grifou-se).*

183. Contudo, nesta Corte de Contas, esses temas estão abrangidos nos Processos n.ºs 41.101/2007 (Representação n.º 34/2007-CF, acerca do Convênio n.º 14/2004, firmado entre o GDF e a Abrace), 24.165/2011 (acerca do Contrato de Gestão nº 01/2011, firmado entre a SES e o ICIPE) e 36.502/2013 (análise do Contrato de Gestão nº 01/2014, firmado entre a SES e o ICIPE).

184. Ressalte-se, ainda, que cópias da Representação n.º 18/2016 – GPCF e da Decisão n.º 4.765/2016 foram juntadas aos Processos 41.101/2007 (peças 84 a 86) e 24.165/2011 (peças 100 e 101).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

185. *Em face disso, entende-se que esse tema não deve ser abordado nestes autos, haja vista a existência de processos específicos para tal finalidade, bem como a remessa de cópias da Exordial para tais processos.*

Chamado aos autos para se manifestar, o *Parquet* de contas divergiu da Unidade Técnica, pugnando pela (i) anulação da indicação do Sr. Renilson Rehem de Souza, diante do evidente conflito de interesses; (ii) abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra a servidora aposentada Déa Mara Tarbes de Carvalho; e (iii) orientação aos jurisdicionados para que seja verificado no momento da indicação de membros do Conselho de Saúde do DF ou de Grupo de Trabalho eventual conflito de interesses (peça 179).

Do parecer destaco o seguinte trecho:

“(...)

4. Os autos vieram ao MPC/DF para manifestação que discorda do encaminhamento dado.

DO IMPEDIMENTO DO SENHOR RENILSON REHEM DE SOUZA DE EXERCER SUAS FUNÇÕES NO CSDF

5. Inicialmente, convém destacar que as declarações contidas no próprio site do IBROSS parecem divergir das apresentadas pelo Sr. Renilson quando afirma que “o IBROSS não fora criado para influenciar governos a adotarem o modelo de OS”¹⁷. Vejamos:

31.7.2016

Representantes dos principais hospitais do país participam de encontro no IMIP

....

O evento, que conta com a presença dos representantes dos hospitais Allbert Einstein e Sírio Libanês, entre outros, **tem como objetivo fortalecer a gestão na saúde por meio de Organizações Sociais**

...

Além disso, **é importante divulgar para a sociedade os propósitos das Organizações Sociais (OSs) como parceiras do Estado na gestão de políticas públicas de saúde**”, disse o Prof. Gilliatt Falbo

...

Na ocasião, o presidente do IBROSS, Dr. Renilson Rehen de Souza, também representando o Instituto do Câncer Infantil/SP, avaliou a importância do encontro. “Representando algumas das principais organizações sociais de saúde do país, entendemos a necessidade de criar uma entidade que congregasse essas instituições para troca de experiências e aperfeiçoamento desse modelo de gestão que já existe em 22 estados e no Distrito Federal. O IMIP é um dos associados fundadores do Instituto e entendemos que esta Instituição tem papel fundamental não só para Pernambuco, e sim de contribuição nacional” **O modelo OS de gestão é capaz de tornar realizáveis políticas de saúde** com agilidade, flexibilidade e eficiência, características inerentes ao setor privado, em equilíbrio com as exigências de controle do Estado e atendendo à legalidade, impessoalidade, publicidade e transparência. O vice-presidente do IBROSS, Dr. Nacime Mansur, que veio também em nome da Sociedade

¹⁷ § 24 da Informação 89/2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, destacou: “Queremos que as pessoas reconheçam nesse modelo o benefício social que ele trás. E para que isso seja realizado, é fundamental que sejam criadas condições para certificar as entidades mais sérias

<http://www.ibross.org.br/representantes-dos-principais-hospitais-do-pais-participam-de-encontro-no-imip/> (acessado em 25.7.2018)

6. *De outro lado afirma que o IBROSS não representa qualquer OS, mas como visto acima não é o que prega o Instituto:*

Na ocasião, o presidente do IBROSS, Dr. Renilson Rehen de Souza, também representando o Instituto do Câncer Infantil/SP, avaliou a importância do encontro. “Representando algumas das principais organizações sociais de saúde do país, ...”

7. *Outra matéria jornalística corrobora o fato de o IBROSS defender amplamente a entrega dos serviços públicos de saúde para as OS. Vejamos:*

...

***Goiânia** - O governador de Goiás, Marconi Perillo, recebeu o convite para liderar uma campanha nacional em defesa do sistema de Organizações Sociais (OSs) na gestão de hospitais públicos. O convite foi feito pelo presidente do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais (IBROSS), Renilson Rehen, em almoço de confraternização, no Palácio das Esmeraldas, nesta segunda-feira (4/7), que reuniu representantes das vinte Organizações Sociais filiadas ao instituto.*

***4.7.2016** - <https://aredacao.com.br/noticias/72383/marconi-e-convidadopara-liderar-campanha-em-defesa-das-oss-na-saude>*

8. *Como demonstrado, não há a alegada isenção do IBROSS, confirmando que o referido Instituto defende que a saúde pública seja prestada via organizações sociais. Assim, fica evidente o conflito de interesses do membro do CSDF que representa as OSs e ao mesmo tempo deveria fiscalizá-las.*

9. *Com relação ao fato do relatório final da CPI não indicar irregularidades que justificassem o afastamento do Sr. Renilson, cabe lembrar que o julgamento daquela casa se dá sob um viés político, não servindo, dessa forma, para fundamentar as conclusões do TCDF que devem se ater a aspectos técnicos e legais.*

10. *Além disso, há de se destacar a independência das instâncias e deve, o Tribunal, com base nos elementos dos autos proceder a um julgamento sob a perspectiva do controle externo.*

11. *Desta forma, o fato de o Sr. Renilson Rehen ser o presidente do IBROSS é, por si só, suficiente para declarar a nulidade de sua indicação, tendo em vista o evidente conflito de interesses.*

12. *Cabe ainda registrar, no que tange ao indicado pelo CT no § 31 da informação, que embora o Sr. Renilson não seja integrante do corpo diretivo do ICIPE, **consta como associado fundador do referido instituto** (fl. 4 do Processo 041.002.687/2009).*

13. *Vemos que são vários os interesses defendidos pelo Sr. Renilson: superintendente do Hospital da Criança de Brasília; fundador do ICIPE; já se apresentou como representante do Instituto do Câncer de SP (§ 5º acima); suplente do membro indicado do Instituto do Câncer do DF.*

14. *Assim, como se garantir a imparcialidade do membro do Conselho se representa tantas outras entidades com interesses conflitantes com os dos serviços de saúde pública e ainda mais quando o papel do Conselho se torna imprescindível na discussão da entrega desses serviços às organizações sociais?*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

15. *A exemplo, vejamos a notícia recente, de 30.7.2018, em que o Instituto do Câncer do DF ameaça suspender os atendimentos aos pacientes da SES/DF em razão da falta de pagamentos¹⁸. Qual seria o posicionamento do Sr. Renilson diante de eventual posicionamento do CSDF? Ele defenderia a manutenção dos atendimentos em razão do interesse público? Ou concordaria que o ICDF não deve prestar serviços sem a respectiva remuneração?*

16. *Da mesma forma, uma vez que é Superintendente Executivo do HCB, mas remunerado pelo ICipe (informação confirmada pelos extratos da RAIS), não poderia ter assento no Conselho, uma vez que o próprio CSDF, em anos anteriores, já se manifestou contrário à contratação do ICipe. Ou seja, como o Sr. Renilson poderia ser isento quanto a essa questão se a sua própria remuneração (R\$ 35.663,79, em 31.3.2017, informado pelo ICipe) dependeria da manutenção do contrato da SES com o ICipe?*

17. *Mais do que evidente é o conflito de interesses entre pessoas que representam entidades privadas diante da prestação de serviços públicos de saúde. Muito mais no presente caso.*

18. *Nesse contexto, parece suficiente ao MPC/DF que o evidente conflito de interesses justifica o afastamento definitivo do Sr. Renilson do Conselho de Saúde do DF e que, na indicação de outro membro, também seja observado a existência de outros interesses conflitantes com o público.*

PARTICIPAÇÃO NO CSDF

19. *Quanto à participação do Sr. Renilson no Conselho de Saúde, mantemos o nosso posicionamento de que o fato de que, por representar as organizações sociais, através do IBROSS e de outras entidades (ICipe, ICDF, ICSP), não poderia ter assento no conselho pelo nítido conflito de interesses.*

20. *Enquanto o Conselho de Saúde busca soluções para a prestação de serviços diretamente pelo Estado, em qualidade e quantidades suficientes à população, as organizações sociais reivindicam a ampliação da terceirização dos serviços sem, contudo, demonstrar a vantajosidade (economicidade) das contratações. Ao contrário, inúmeras experiências desastrosas no DF (Real Sociedade Espanhola, Cruz Vermelha, Fundação Zerbini) ocasionaram prejuízos milionários ao DF.*

21. *Apesar de a Lei 4.604/2011 não ter previsão expressa quanto à vedação de indicação de pessoas com interesses conflitantes, parece-nos que o princípio da moralidade é suficiente para impedir essas situações.*

22. *Desta forma, entendemos que as indicações para o Conselho de Saúde devem evitar possíveis conflitos de interesse como o do presente caso, justificando-se, assim, o afastamento definitivo do Sr. Renilson do CSDF, bem como que se emita orientação no sentido de que a indicação de membros do CSDF devem observar o princípio da moralidade, evitando-se a indicação de pessoas com outros interesses que não o público.*

POSSÍVEL MANIFESTAÇÃO DO SR. RENILSON EM ASSUNTOS LIGADOS AO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DF

23. *Da mesma forma como manifestado acima, pensamos que o fato de qualquer integrante do conselho possivelmente ter conflitos de interesse (público X privado) justifica a sua não indicação. E, se indicado, a sua exclusão.*

24. *E, apesar de não ter sido demonstrada participação do Sr. Renilson em qualquer reunião que tenha discutido matéria afeta ao ICDF, essa questão não implica que a sua presença não possa ter influência em*

¹⁸ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-df/sem-pagamento-icdf-ameaca-suspender-cirurgiasexames-e-consultas>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

eventuais deliberações. Inclusive, o fato de ele não votar reduz o quórum de aprovação, em prejuízo às deliberações.

25. *Deste modo, esse é mais elemento que reforça a necessidade de se excluir o Sr. Renilson do Conselho de Saúde do DF.*

DA ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA A PESSOAS ESTRANHAS AO QUADRO DE SERVIDORES DO GDF

26. *No que se refere ao presente tópico, discordamos das conclusões do CT.*

27. *O fato de particulares poderem colaborar com o poder público não implica que a escolha não deva se pautar em pessoas que não tenham outros interesses na causa que não o de melhorar o atendimento público de saúde no DF. E, é nesse ponto que o processo foi maculado.*

28. *Veja que o grupo de trabalho foi criado para tratar da descentralização dos serviços de saúde do DF que seria um primeiro passo para a passagem dos serviços prestados diretamente pela SES para as Organizações Sociais. Não haveria como prestar serviços no DF por meio de OSs sem que não houvesse a descentralização.*

29. *Assim, a indicação de pessoas ligadas às OS e/ou empresas privadas que atuem na área de saúde, conduzem a suspeição do processo, visto que o interesse a ser perseguido não será o público e, nesse contexto, as conclusões lançadas pelo Grupo podem conduzir à escolha de um modelo que muito mais atenda ao interesse privado e das organizações sociais que ao interesse público.*

...

31. *Vê-se, assim, cristalinamente, que todos os indicados para participar “voluntariamente” tem laços com organizações sociais e/ou empresas privadas, o que demonstra o conflito de interesses, justificando a ilegalidade das indicações.*

DÉA MARA TARBES DE CARVALHO

32. *Destaca-se, inicialmente, que os fatos ocorridos estão muito bem delineados nas peças juntadas, bem como nas transcrições do CT. Relembremos, alguns pontos cruciais:*

“[...] ao longo das exaustivas diligências, chegou-se ao nome de DEA MARA TARBES DE CARVALHO [...] como sendo a pessoa que participou da Ata de Assembleia Geral de Constituição do ICIPE.

[...] chamou muito a atenção dos ínclitos investigadores [...] a atuação da médica DEA MARA TARBES DE CARVALHO junto a ICIPE e ao HCB, além de sua atuação como médica na SES/DF. Senão vejamos.

A ordem de serviço n.º 01, publicada no DODF em 02/06/2008, além de outros documentos conexos, demonstram de forma irrefutável que a referida médica sempre esteve à frente da Coordenação de Planejamento Estratégico da Secretaria de Saúde, o que foi robustecido com a Portaria n.º 492, de 15/12/2008 do DODF, além da Portaria n.º 102 de 26/05/2009 (documentos em anexo). Dessa forma, referida especialista teve participação ímpar nos grupos de trabalho criados para assistir o Planejamento Estratégico da SES/DF.

Em 11/06/2010, DEA MARA TARBES DE CARVALHO encaminhou ofício ao Chefe da Unidade de Administração Geral – UAG, aos cuidados do Sr. ARMANDO ASSUNÇÃO, solicitando a liberação de verbas para o ICIPE, que somadas chegavam ao importe de quase R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), referente à minuta de contrato acordada entre as partes (processo 060.002.634/2010). No documento em anexo, a médica em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

testilha, na condição de Subsecretária Interina de Programação, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC/SES, ainda pediu que se priorizasse o feito, pois a data limite para celebração de contratos novos seria até o dia 02/07/2010.

Conforme averbação ultimada no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, CARTÓRIO MARCELO RIBAS, a servidora da Secretaria de Saúde, DEA MARA TARBES DE CARVALHO, passou à condição de Diretora do ICIPE, averbação n.º 16 de 03/06/2013, sendo eleita no dia 22/05/2013 (documento em anexo), sendo que naquela época, DEA MARA ainda não estava desligada da Secretaria de Saúde, na medida em que a sua aposentadoria somente ocorreu no mês de agosto de 2013, conforme publicado no DODF, de 02/08/2013, seção 02, p. 16.

Em documento datado em 27/01/2014, DEA MARA TARBES DE CARVALHO, já na condição de Diretora-Vice-Presidente do ICIPE, encaminhou documentação do ICIPE pertinente ao Contrato de Gestão 001/2014, com a finalidade de organizar, implantar e gerir as ações de assistência à saúde no HCB, no período de 2014 a 2019.

...

34. *O que se vê, da defesa da Sra. Déa Mara, é que não houve a contestação das irregularidades apresentadas, somente a tentativa de justificá-las, de modo a diminuir a gravidade dos eventos narrados.*

35. *Acresça-se ainda, às irregularidades já imputada, que o Contrato de Gestão 1/2014, cuja documentação pertinente foi encaminhada pela Sra. Déa, é objeto do Processo 36.502/2013, no qual se discute a irregularidade na contratação, bem como nos valores pactuados, uma vez que há indícios que os preços subiram, subitamente, sem que houvessem justificativas plausíveis.*

36. *Da mesma forma, o fato de a então servidora ter solicitado a liberação de valores para a contratação em 2014, bem como ter atuado diretamente na contratação, em 2011, do Instituto o qual fundou, demonstra que houve atividade incompatível com sua função.*

37. *Destaca-se que os laços da Sra. Déa com o ICIPE sempre estiveram próximos, uma vez que antes mesmo de se aposentar da SES foi nomeada para exercer funções diretivas no ICIPE em período bem próximo à renovação do contrato (Contrato 1/2014) e que, ao que parece, se mantém até hoje.*

38. *Assim, no presente caso, entendemos que houve equívoco do CT quanto à valoração dos elementos apresentados, uma vez que é de todo evidente que a Sra. Déa realizou atos tendentes à contratação do Instituto (ICYPE) que ela mesma fundou, incorrendo em infração legal na medida em que defendeu outros interesses perante a administração pública e praticando, assim, atividade incompatível com as funções que exercia.*

39. *A irregularidade está mais do que provada, tanto é, assim, que pouco antes de se aposentar foi agraciada com uma função diretiva no mesmo Instituto que fundou e participou da contratação como servidora da SES.*

40. *Para o MPC/DF é clara a infração ao art. 192, inciso IV da LC 840/2011: “IV – exercer atividade privada incompatível com o exercício do cargo público ou da função de confiança”.*

Na Sessão Ordinária nº 5.072, de 18/9/2018, apresentei o feito ao e. Plenário. Naquela oportunidade, o *Parquet*, representado pela i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, pediu vista dos autos, tendo o julgamento da matéria sido adiado, consoante a Decisão nº 4.424/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

A nova manifestação ministerial se deu por meio do Parecer nº 1.024/2018 – CF (peça 186), que pugnou por preliminar de sobrestamento do exame deste feito até o deslinde da Representação 34/2018-CF e de perda de objeto da tutela em debate em face do término do mandato e não recondução do Sr. Renilson Rehem de Souza.

Além disso, foram trazidos elementos de ação civil pública por ato de improbidade envolvendo irregularidades na contratação do ICIPE pela SES, tendo sido reiteradas as conclusões do Parecer precedente.

É o relatório.

VOTO

Examina-se a Representação nº 18/2016-CF do MPJTCDF com pedido de medida cautelar, versando sobre irregularidades nos Contratos de Gestão firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF e o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, noticiadas pelo relatório parcial da CPI da Saúde (peça 3).

Em síntese, por meio da inicial, o *Parquet* apontou as seguintes irregularidades:

- (i) conflito de interesses na atuação do Senhor Renilson Rehem de Souza como membro do Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF), tendo em vista que representa diversas Organizações Sociais que possuem ligação direta com a Secretaria de Saúde;
- (ii) atuação do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICDF) no âmbito do CSDF visando beneficiar específico e diretamente interesse próprio;
- (iii) nulidade da Portaria n.º 204/2015, por ter designado pessoas estranhas ao quadro de servidores do GDF para compor grupo de trabalho visando analisar o modelo de gestão do SUS-DF e o de atenção à saúde, bem como para propor mudanças com vistas à descentralização da gestão em saúde e organização das Redes de Atenção à Saúde;
- (iv) favorecimento ilícito do ICIPE e do HCB por parte da Senhora Déa Mara Tarbes de Carvalho, por atuar junto às citadas organizações, além de sua atuação como médica da SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Por meio da Decisão nº 4.765/2016 (peça 12), o Tribunal: (i) deferiu a medida cautelar requerida pelo MPJTCDF, determinando ao Conselho de Saúde do Distrito (CSDF) que impedisse o Senhor RENILSON REHEM DE SOUZA de exercer as funções de Conselheiro, até que se encerrassem as apurações devidas; (ii) concedeu prazo à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, ao Conselho de Saúde do DF, ao Senhor Renilson Rehem de Souza e à Senhora Déa Mara Tarbes de Carvalho para que apresentassem esclarecimentos a respeito dos fatos narrados na Representação; e (iii) determinou a juntada da Representação nº 018/2016-CF e seu anexo aos seguintes Processos nºs: 41.101/2007, 24.165/2011, 36.502/2013, 12.269/2012, 23.354/2013, 5.934/2014 e 33.863/2015.

Em atenção ao *decisum* (peça 12) foram juntados aos autos as manifestações (i) da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (peça); (ii) do Conselho de Saúde do Distrito Federal (peça 56); (iii) do Senhor Renilson Rehem de Souza (peça 31); e (iv) da Sra. Déa Mara Tarbes de Carvalho (peça 30).

Outrossim, irressignada com a determinação de afastamento do Senhor Renilson Rehem de Souza, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por intermédio da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), interpôs recurso nominado (peça 32) que foi considerado improcedente por esta Corte, consoante Decisão nº 5.973/2016 (peça 50).

Posteriormente, o Senhor Renilson Rehem de Souza interpôs pedido de reconsideração contra os termos da aludida decisão, tendo o Plenário admitido a aludida peça como se recurso nominado fosse (peça 93), cujos argumentos foram julgados improcedentes nos termos da Decisão nº 1331/2018 (peça 160).

Ademais, cabe salientar que, mediante o Ofício nº 515/2016-MPC/PG, o *Parquet* encaminhou Relatório Informativo da CPI da Saúde (peça 39), contendo a Análise Específica sobre o ICIPE – Instituto do Câncer Infantil e Pediatria, o HCB – Hospital da Criança de Brasília e a OSS – Organização Social de Saúde.

Desta feita, nesta fase processual, examina-se o mérito da representação (peça 3), bem como o adendo de peça 37, ambos ofertados pelo Ministério Público de Contas.

A respeito da matéria, o Corpo Técnico pugnou pela improcedência da inicial e pelo arquivamento dos autos, ancorada nos seguintes argumentos:

“(…)

189. **No que concerne ao afastamento cautelar do Sr. Renilson Rehem de Souza de suas funções no CSDF, entendemos que a Representação**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

deve ser considerada improcedente, com a consequente revogação da medida cautelar exarada por intermédio da Decisão n.º 4765/2016. Com efeito, os indícios de irregularidades apresentados pelos Relatórios Parciais da CPI da Saúde não foram confirmados no Relatório Final (peça 139). Ademais, por meio dos procedimentos empregados por este Corpo Técnico, os referidos indícios de irregularidades não foram confirmados.

190. **Em relação à Portaria n.º 204/2015**, consideramos que a participação de particulares em grupos de trabalho é prevista na doutrina, não havendo qualquer irregularidade quanto a esse aspecto. Outrossim, conquanto a escolha dos componentes do mencionado Grupo de Trabalho deva ser motivada, entende-se que a Representação perdeu seu objeto, tendo em vista o exaurimento dos trabalhos daquele Grupo – evidenciado às pp. 80 a 116 da peça 31 – aliado à promulgação do Decreto n.º 37.515/2016 – o qual não trata da implantação de OS no DF.

191. **Acerca da médica aposentada Déa Mara Tarbes de Carvalho**, entendemos que não existem, nos autos, evidências de que sua atuação tenha beneficiado ilicitamente o ICIPE. Com efeito, o Despacho de 11.06.10 (p. 160 da peça 4) não contém indícios de irregularidades e representa etapa intermediária na contratação. Outrossim, a participação de servidores na gerência ou administração de associações filantrópicas e sem fins lucrativos, quando compatível com sua jornada de trabalho, não é vedada, como se extrai do art. 193, X, “c”, da Lei Complementar n.º 840/2011.

192. **Sobre os vínculos de integrantes do ICIPE com empresas prestadoras de serviços e fornecedores de insumos e equipamentos ao Sistema de Saúde Pública**, os dados levantados, por meio das diligências constantes do item V desta Informação, não permitem concluir se houve ofensa aos princípios afetos à Administração Pública, sobretudo os da moralidade e da impessoalidade. Ademais, confirmou-se que os gestores da Abrace, do ICIPE e do HCB participam de diversas sociedades com finalidade econômica, contudo, entendemos que esse fato, isoladamente, não representa qualquer irregularidade.

193. **No que tange à contratação de escritório de advocacia que pertencia ao filho do Presidente do ICIPE**, à época, os esclarecimentos apresentados pelo Instituto demonstram que foram tomadas providências para tornar sem efeito a aludida contratação – e que tais procedimentos foram adotados antes mesmo da instauração da CPI da Saúde. Da mesma forma, foram devidamente esclarecidos pelo ICIPE os indícios de irregularidades dos contratos firmados com as empresas ST Paul Plaza Hotéis, Microtécnica Informática e Welcome Eventos.

194. **Em relação à contratação de empresas que são alvos de diversas ações decorrentes de ilegalidades e irregularidades em outras contratações**, entendemos que a existência de investigações e denúncias envolvendo empresas que prestam serviços para o Poder Público não é impedimento para contratação destas. Outrossim, os procedimentos adotados por uma OS para seleção de seus fornecedores não devem ser mais rigorosos do que aqueles empregados pela própria Administração Direta.

195. **No que concerne às irregularidades contra diversas Organizações Sociais**, entendemos que os temas abordados neste item da Representação são tratados no Processo n.º 15.673/2016. Não obstante, ressaltamos que a apuração das denúncias de supostas doações para a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

campanha eleitoral do Governador do Distrito Federal não é da competência deste Tribunal de Contas.

196. **Quanto à legalidade dos ajustes firmados entre a SES, a Abrace e o ICIPE**, ponderamos que esse tema está contido nos Processos n.ºs 41.101/2007 (Representação n.º 34/2007-CF, acerca do Convênio n.º 14/2004, firmado entre o GDF e a Abrace), 24.165/2011 (acerca do Contrato de Gestão n.º 01/2011, firmado entre a SES e o ICIPE) e 36.502/2013 (análise do Contrato de Gestão n.º 01/2014, firmado entre a SES e o ICIPE).” (Grifei).

Chamado aos autos para se manifestar, o MPJTCD (peça 179), divergindo da Instrução, opinou pela **(i)** anulação da indicação do Sr. Renilson Rehem de Souza, diante do evidente conflito de interesses; **(ii)** abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra a servidora aposentada Déa Mara Tarbes de Carvalho; e **(iii)** orientação aos jurisdicionados para que seja verificado no momento da indicação de membros do Conselho de Saúde do DF ou de Grupo de Trabalho eventual conflito de interesses.

Cabe ressaltar que as manifestações do Corpo Técnico atinentes às irregularidades elencadas no adendo da representação não foram objeto de considerações pelo *Parquet*.

Na Sessão Ordinária nº 5.072, de 18/9/2018, apresentei o feito ao e. Plenário. Naquela oportunidade, o *Parquet*, representado pela i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, pediu vista dos autos, tendo o julgamento da matéria sido adiado, consoante a Decisão nº 4.424/2018.

A nova manifestação ministerial se deu por meio do Parecer nº 1.024/2018 – CF (peça 186), que pugnou por preliminar de sobrestamento do exame deste feito até o deslinde da Representação 34/2018-CF e de perda de objeto da tutela em debate em face do término do mandato e não recondução do Sr. Renilson Rehem de Souza.

Além disso, foram trazidos elementos de ação civil pública por ato de improbidade envolvendo irregularidades na contratação do ICIPE pela SES, tendo sido reiteradas as conclusões do Parecer precedente.

Passo ao exame do feito.

Prefacialmente, reporto-me às preliminares lançadas pelo d. *Parquet* para afastá-las. Explico.

No que diz respeito à possível interferência do julgamento da Representação 34/2018-CF na apreciação de mérito destes autos, avalio que não restou demonstrado como o aumento do mandato dos membros do CSDF em um ano, ponto fulcral daquela exordial, teria o condão de afetar o juízo da Corte acerca das irregularidades narradas neste feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Quanto à aventada perda de objeto da tutela em debate, em face do término do mandato e não recondução do Sr. Renilson Rehem de Souza, verifico que a liminar concedida no item II da Decisão n.º 4.765/2016 não se restringe a um mandato específico do então membro do CSDF, devendo o TCDF deliberar sobre a referida cautelar, sob pena dessa medida irradiar efeitos para além do período considerado.

Passando ao mérito, em que pesem as notícias trazidas pelo Órgão Ministerial a respeito de ação civil pública por ato de improbidade envolvendo irregularidades na contratação do ICIPE pela SES, verifico que a SEACOMP não evidenciou, nos limites de atuação do Controle Externo, as irregularidades suscitadas pelo *Parquet* **no caso concreto**, conquanto tenha realizado extenso trabalho de fiscalização, utilizando-se de ferramentas inerentes aos procedimentos de inspeção/auditoria.

No que diz respeito à atuação do Senhor Renilson Rehem de Souza para beneficiar as organizações sociais as quais representa, o Corpo Técnico esclareceu que as irregularidades suscitadas no Relatório Informativo de Análise Específica acerca da atuação do ICIPE junto ao HCB (peça 4) não foram confirmadas no Relatório Final da CPI da Saúde (peça 139).

Além disso, a SEACOMP não constatou: (i) a suposta associação do aludido senhor com o Sr. Alexandre dos Santos; (ii) que o Sr. Renilson Rehem de Souza possui empresas que mantêm relações comerciais com o HCB ou com a SES/DF; e (iii) a existência de relações comerciais entre as empresas dos parentes do Senhor Renilson com o HCB ou a SES/DF, em 2017.

Noutro giro, noto que a Instrução, após analisar 52 atas de reuniões do CSDF, de um total de 165 realizadas a partir de 2011, não identificou evidências de que o ICDF, cujo representante no período de 2011 a 2012 foi o Sr. Renilson, tenha adotado condutas vinculadas a interesse próprio.

Desse modo, sem delongas, tendo em vista a impossibilidade de se confirmar os indícios de irregularidades apontados na exordial, relativas ao Senhor Renilson, avalio ser improcedente a Representação, devendo esta Corte revogar a medida cautelar exarada por intermédio da Decisão n.º 4765/201, que determinou o afastamento do aludido senhor das funções de Conselheiro do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

No que se refere à possível nulidade da Portaria n.º 204/15, por indicar representantes da sociedade civil para participar de grupo de trabalho, a SEACOMP esclareceu que **(i)** a doutrina tem consagrado a participação de particulares em grupos de trabalho, não havendo qualquer irregularidade quanto a esse aspecto; **(ii)** a participação de representantes da sociedade civil encontra guarida no artigo 1º, § 1º, do Decreto n.º 36.671, de 13 de agosto de 2015; **(iii)** a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Representação perdeu seu objeto, tendo em vista o esgotamento dos trabalhos daquele Grupo, aliado à promulgação do Decreto n.º 37.515/2016, cujo bojo não trata da implantação de OS no DF.

Neste ponto, também me alinho novamente ao Corpo Instrutivo, no sentido de considerar improcedente a representação do *Parquet*.

No tocante ao suposto favorecimento ilícito do ICIPÉ por parte da senhora da Déa Mara Tarbes de Carvalho, o Corpo Técnico também não identificou qualquer irregularidade, na medida em que (i) o Despacho de 11.06.10 (p. 160 da peça 4) não contém indícios de irregularidades, representando etapa intermediária na contratação; (ii) a participação de servidores na gerência ou administração de associações filantrópicas e sem fins lucrativos, quando compatível com sua jornada de trabalho, não é vedada, como se extrai do art. 193, X, “c”, da Lei Complementar n.º 840/2011.

Ao avaliar a questão, considerando que o Corpo Técnico não confirmou as irregularidades noticiadas pelo *Parquet* em relação à aludida ex-servidora, dou por improcedente a representação.

Em relação às demais irregularidades suscitadas pelo *Parquet*, por meio do adendo de peça 39, verifico que não houve confirmação por parte do Corpo Técnico, nem manifestação divergente por parte do MPJTCD.

Noutro giro, ao analisar o arcabouço normativo sobre a questão, avalio que assiste razão ao Ministério Público de Contas ao propor recomendação às jurisdicionadas quanto à restrição de indicação de determinados indivíduos que, direta ou indiretamente, têm **potencial** ou **real** interesse em defender benefício próprio ou privado no âmbito de tais instituições, na medida em que tal conduta pode ferir a moralidade e a impessoalidade administrativa.

Isso resta patente ao se constatar que no âmbito do Distrito Federal não há qualquer impedimento legal visando a indicação de pessoas vinculadas a prestadores de serviços para compor o Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Impende ressaltar que, conquanto o simples confronto entre o interesse público e o privado não se materialize, de antemão, uma situação de conflito, faz-se necessário normatizar, em tese, situações que podem vir a configurar real ou potencial prejuízo para o interesse coletivo ou para o desempenho da função pública.

Nessa toada, cabe trazer ao feito as diretrizes dispostas na Lei Federal nº 12.813/2013, que dispõe sobre conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do poder executivo federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Em que pese a aludida norma não seja aplicável ao caso concreto, ela serve de baliza para parametrizar situações em que há conflito de interesses, sejam elas em que ambiente for.

O primeiro dispositivo que trago a lume é o parágrafo único do art. 2º, o qual estabelece: *“sujeitam-se ao disposto nesta Lei os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento.”*

O segundo dispositivo importante para o debate é o art. 3º, que, por meio do seu inciso I, define conflito de interesses como *“a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública”*. E, por meio do inciso II, explica o que vem a ser informação privilegiada: *“a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.”*

O terceiro dispositivo que merece destaque é o Art. 5º, que trata da configuração de conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal.

Da leitura dos aludidos dispositivos, verifico que o *status* de conselheiro ou de membro de grupo de trabalho pode ensejar ao participante acesso à informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para as organizações as quais representa, bem assim criar uma situação real ou potencial de conflito de interesses, malgrado tal possibilidade tenha sido afastada pelo Corpo Técnico no presente caso.

Desse modo, tendo em vista o vácuo legislativo a respeito do tema no âmbito distrital, entendo de bom alvitre recomendar à SES/DF e ao CSDF para que elaborem normas específicas com vistas a prevenir eventual conflito de interesses de agentes públicos no exercício de suas atribuições, podendo, para tanto, utilizarem a Lei Federal nº 12.813/2013 como paradigma.

Ante todo o exposto, em consonância com o Órgão Instrutivo, considerando a proposta de orientação às jurisdicionadas efetuada pelo *Parquet*, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. no mérito, considere improcedente a Representação n.º 18/2016-CF;
- II. revogue a medida cautelar concedida por meio do item II da Decisão n.º 4.765/2016;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

III. determine à Secretaria de Saúde do Distrito Federal e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal que adotem providências no sentido de prevenir eventual conflito de interesses de seus agentes públicos no exercício de suas atribuições, elaborando normas específicas para regerem a matéria, podendo, para tanto, utilizar como paradigma a Lei Federal nº 12.813/2013, o que será verificado em futuro processo de fiscalização;

IV. autorize:

a) a ciência da decisão que vier a ser proferida ao Senhor Renilson Rehem de Souza, à Senhora Déa Mara Tarbes de Carvalho, ao Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF – e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;

b) o retorno dos autos à SEACOMP para as providências pertinentes e arquivamento do feito.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2018.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro Relator